

Universidade Federal do Paraná

Núcleo de Políticas Educacionais - NUPE/UFPR

Relatório Estadual da pesquisa
Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil

Curitiba - 2010

Relatório Estadual da pesquisa
Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil

Universidade Federal do Paraná

Núcleo de Políticas Educacionais - NUPE/UFPR

Coordenação Estadual

Mário Luiz Neves de Azevedo

Pesquisadores

Ângela Mara de Barros Lara – Assistente de Pesquisa I

Andréia Barbosa Gouveia - Assistente de Pesquisa I

Gizele de Souza (Educação Infantil) – Assistente de Educação Infantil

Luzia Grandini Cabreira – Assistente de Pesquisa I

Bolsitas de Iniciação Científica

Etienne Baldez Louzada Barbosa

Maysa Sayuri Tanaka Santos

Paula Meneguetti Blanco

Auxiliares de Pesquisa

Ana Lúcia Zimmermann Felchner

Adriana Karvat

Andréia Aparecida Carmona Silvestrini

Artur Rosetti Schwartz

Catarina de Souza Moro

Daniele Yeda Gross

Franciele Ferreira França

Helkier Henrique Rossato

Jeinni Kelly Pereira Puziol

Jéssica de Paula Araújo

Luciana Grandini CabreiraMarjory Xavier Rodrigues

Rosana Urban

Rudá Moraes Gandin

Relatório Estadual da Pesquisa Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil

Curitiba - 2010

R382 Relatório estadual da pesquisa trabalho docente na educação básica no Brasil : [Paraná] / Universidade Federal do Paraná, Núcleo de Políticas Educacionais. - Curitiba, 2010.
76 p., il.

Bibliografia : f. 72-76.

1. Educação e Estado. 2. Relatórios educacionais.
3. Ensino fundamental. 4. Paraná -- Educação.
I. Título. II. Universidade Federal do Paraná. Núcleo de Políticas Educacionais.

CDD- 379.5

Catlogação da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE FIGURAS	8
APRESENTAÇÃO	9
I - POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ	10
1.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ	10
1.2. A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO	13
1.2.1 <i>A Política Educacional Paranaense</i>	13
1.2.2. <i>Política de Atendimento a Educação Básica</i>	16
PRINCÍPIOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL	16
1.2.3. <i>Política para a Educação Especial</i>	19
1.2.4. <i>Política para a Educação Infantil</i>	21
1.3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	24
1.3.1 <i>Relações entre as esferas administrativas e a SEED-PR</i>	24
1.3.2 <i>Relações estabelecidas com outras instâncias governamentais e não governamentais</i>	27
1.4. POLÍTICA FUNCIONAL NA REDE ESTADUAL DO PARANÁ	27
1.4.1 <i>Definição do Corpo Docente</i>	28
1.4.2 <i>Planos de Cargos e Carreira</i>	29
1.5. ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PARANÁ	33
II - POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA	34
2.1 CURITIBA	34
2.1.1. <i>Caracterização do Município</i>	34
2.1.2. <i>Política Educacional do Município</i>	34
2.1.3. <i>Política para a Educação Básica</i>	35
2.1.4. <i>Política para a Educação Infantil</i>	35
2.1.5. <i>Organização Administrativa</i>	36
2.1.6. <i>Política Funcional da Rede Municipal de Ensino</i>	36
2.1.7. <i>Estatísticas da Educação Básica na Rede Municipal</i>	38
2.2. ALMIRANTE TAMANDARÉ	41
2.2.1. <i>Caracterização do Município</i>	41
2.2.2. <i>Política Educacional em Almirante Tamandaré</i>	42
2.2.3. <i>Atendimento à Educação Básica</i>	44
2.2.4. <i>Organização Administrativa</i>	44
2.2.5. <i>Política Funcional da Rede Municipal de Ensino</i>	45

2.2.6. <i>Estáticas da Educação Básica na Rede Municipal</i>	45
2.3. ANDIRÁ	47
2.3.1. <i>Caracterização do Município</i>	47
2.3.2. <i>Política Educacional em Andirá</i>	47
2.3.3. <i>Atendimento à Educação Básica</i>	48
2.3.4. <i>Organização Administrativa</i>	49
2.3.5. <i>Política Funcional da Rede Municipal de Ensino</i>	50
2.3.6. <i>Estatística da Educação Básica na Rede Municipal</i>	52
2.4. JAGUARIAÍVA	53
2.4.1. <i>Caracterização do Município</i>	53
2.4.2. <i>Política Educacional em Jaguariaíva</i>	54
2.4.3. <i>Organização Administrativa</i>	57
2.4.4. <i>Política Funcional da Rede Municipal de Ensino</i>	58
2.4.5. <i>Estatística da Educação Básica na Rede Municipal</i>	58
2.5. PATO BRANCO	62
2.5.1. <i>Caracterização do Município</i>	62
2.5.2. <i>Política Educacional em Pato Branco</i>	67
2.5.3. <i>Organização Administrativa</i>	69
2.5.4. <i>Política Funcional da Rede Municipal de Ensino</i>	70
2.5.5. <i>Estatística da Educação Básica na Rede Municipal</i>	70
Referências Bibliográficas:	73

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Produto Interno Bruto (comparação entre o Paraná e o Brasil).....	12
TABELA 2: Dados educacionais do estado do Paraná – 2008	33
TABELA 3: Dados do município de Curitiba.....	40
TABELA 4: Dados do município de Almirante Tamandaré.....	46
TABELA 5 – Andirá: população segundo gênero e faixa etária – 2007.....	47
TABELA6:	51
TABELA 7:	51
TABELA 8: Dados do município de Andirá	52
TABELA 9: Matrículas na Educação Básica – 2007.....	59
TABELA 10: Dados do município de Jaguariaíva	61
TABELA 11: Dados do município de Pato Branco	72

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa do estado do Paraná	9
FIGURA 2: Mapa do Brasil com destaque para o estado do Paraná.....	11
FIGURA 3 – Composição do Produto Interno Bruto – 2006	12
FIGURA 4: ORGANOGRAMA DA SEED	25
FIGURA 5: Tabelas de vencimentos.....	32
FIGURA 6: Tabela de vencimentos do Magistério – 2009.....	38

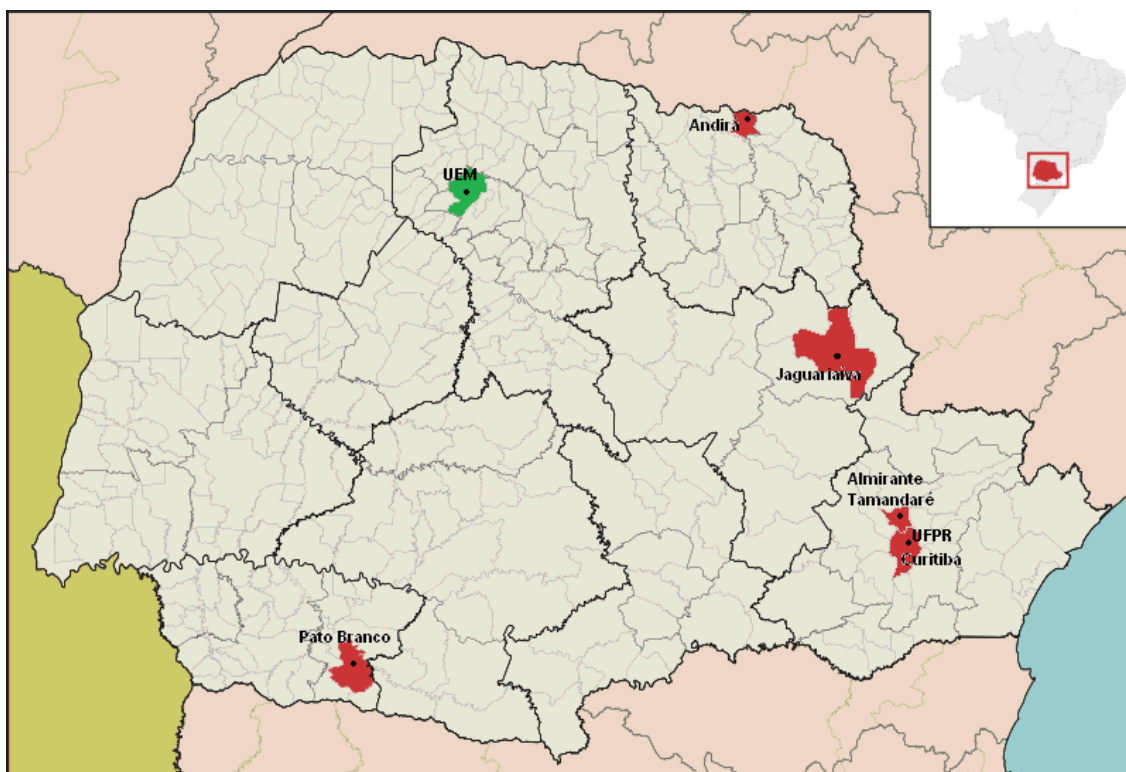
APRESENTAÇÃO

O presente relatório é resultado de pesquisa documental relativo ao projeto de pesquisa **Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil**, tomando por base os dados referentes às políticas públicas do Estado do Paraná e de cinco municípios: Almirante Tamandaré, Andirá, Curitiba, Jaguariaíva e Pato Branco.

Esta pesquisa está sob a coordenação geral das professoras Dalila Andrade Oliveira e Livia Maria Fraga Vieira, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), vinculadas ao Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/UFMG), em colaboração com os seguintes grupos de pesquisa: 1) GEPETO/UFSC, 2) NEDESC/UFG, 3) GETEPE/UFRN, 4) GEDUC/UEM, 5) NUPE/UFPR, 6) NEPE/UFES e 7) GESTRADO/UFPA.

A pesquisa documental tomou por base os registros escritos oficiais gerados nos municípios da amostra, entrevistas com dirigentes, bancos de dados do MEC/INEP, IBGE e IPARDES – PR e materiais bibliográficos disponíveis ao público.

FIGURA 1: Mapa do estado do Paraná



Fonte: Enciclopédia Eletrônica Wikipédia.

Nota: Estão em destaque os Municípios da amostra, Almirante Tamandaré, Andirá, Curitiba, Jaguariaíva e Pato Branco, e as sedes da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Federal do Paraná. O Mapa original foi extraído da.

Uma pesquisa em dimensão nacional como esta exige os devidos cuidados metodológicos, em razão de que, apesar da limitação geográfica do território de um Estado como o Paraná, existem complexas características históricas que, diante da realidade brasileira, assumem nos espaços locais e regionais contornos específicos.

Nota-se que a seleção aleatória dos municípios, no caso do Paraná, foi positiva, pois, apesar de as regiões Noroeste, Oeste e Centro do Paraná não terem sido contempladas, essa metodologia foi capaz de cobrir os principais movimentos de ocupação do Estado do Paraná:

- 1) O movimento migratório originado no litoral e em núcleos populacionais de São Paulo, motivado principalmente pela busca de ouro, que culminou com a fundação de Curitiba.
- 2) O município de Almirante Tamandaré, localizado ao lado de Curitiba, cujas origens remonta a época da exploração colonial, desenvolveu-se mais recentemente a partir de movimentos migratórios, majoritariamente, de poloneses e italianos no século XX.,
- 3) Jaguariaíva é fundada como um entreposto na rota dos tropeiros que saíam de Viamão (RS) em direção a Sorocaba.
- 4) Andirá desenvolveu-se a partir da expansão cafeeira, fazendo parte da frente paulista de ocupação do Paraná que, diante da escassez de terras para o café em São Paulo, dirige-se ao Norte do Paraná. Este movimento ocorreu de maneira semelhante na Noroeste do Paraná.
- 5) Pato Branco, inicialmente chamada de Colônia Bom Retiro, recebe os primeiros habitantes em 1918 provenientes da região do Contestado e tem um aumento de sua população a partir do êxodo de pequenos agricultores, provocado pela falta de terras em Santa Catarina e Rio Grande do Sul..

I - POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

1.1. Caracterização do Estado do Paraná

O Estado do Paraná está situado na região Sul do País, faz divisas com os Estados de São Paulo (Norte), Mato Grosso do Sul (Noroeste), Santa Catarina (Sul), com o Paraguai (Oeste) e Argentina (Sudoeste) e é banhado pelo Oceano Atlântico (Leste). Tem uma extensão territorial de 199.880 km², correspondente a 2,3% da área geográfica do Brasil. O IBGE

(2009) estima que a população do Estado do Paraná, em 2007, alcançou 10.284.503 pessoas. O que equivalente a cerca de 5,0% da população total do Brasil vivendo em 399 municípios.

FIGURA 2: Mapa do Brasil com destaque para o estado do Paraná



Fonte: IBGE

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Paraná é a quinta maior economia do País. O valor do PIB atingiu R\$ 168,8 bilhões, em 2008, correspondendo a 5,84% do PIB nacional (IPARDES, 02 ago. 2009).

Tabela 1 - Produto Interno Bruto (comparação entre o Paraná e o Brasil)

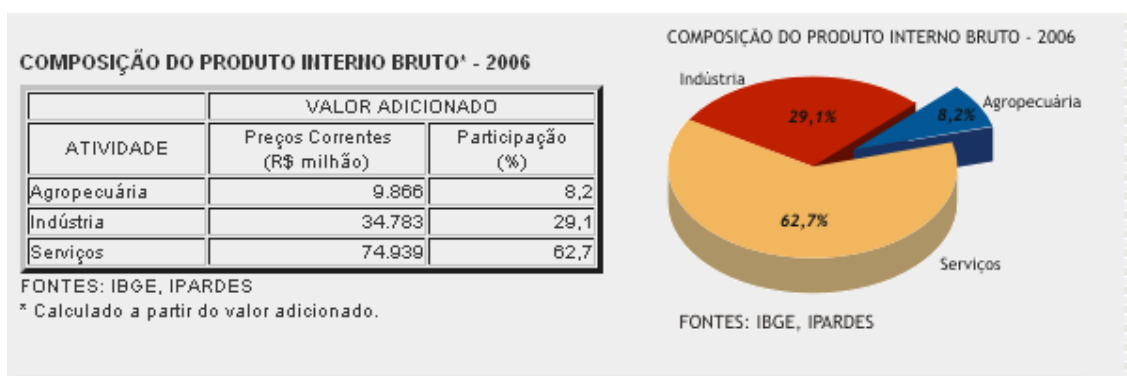
Ano	Paraná ¹	Brasil	Participação
	Preços correntes (R\$ milhão)	Preços correntes (R\$ milhão)	Paraná/Brasil (%)
2002	88.407	1.477.822	6.0
2003	109.459	1.699.948	6.4
2004	122.434	1.941.498	6.3
2005	126.622	2.147.239	5.9
2006	136.681	2.369.797	5.7
2007 (1)	150.712	2.597.611	5.8
2008 (1)	168.777	2.889.719	5.8

Fontes: IBGE, IPARDES

Nota: (1) Estimativa do IPARDES para o PIB do Paraná

Apesar de o Estado do Paraná ser o maior produtor de grãos do País, o setor de serviços é dominante na composição do PIB (Produto Interno Bruto), sendo responsável por 62,7%. O setor industrial representa 29,1% e o agropecuário restringe-se a 8,2%. Segundo aponta a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE, 2006), baseando-se em dados do IPARDES, próximo de 65% do valor agregado industrial concentra-se na Região Metropolitana de Curitiba. De acordo com o estudo Vários Paranas, do IPARDES, “destaca-se que somadas as participações desses três municípios, Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais, tem-se, em 2003, 46,8% do VAF estadual – um acréscimo de mais que 10% em relação ao ano 2000 (36,3%)” (IPARDES, 2005, p. 74).

FIGURA 3 – Composição do Produto Interno Bruto – 2006



1.2. A Política Educacional do Estado

É consenso a afirmação de que a história da educação é parte da história geral. Da mesma forma, as políticas públicas para a educação no Paraná mantêm relação direta e proporcional com as políticas públicas para a educação no Brasil. Assim, segundo esse raciocínio, é correto dizer que, na história recente, as reformas e as políticas para a educação, a partir dos anos 1990, vêm ocorrendo como parte das reformas de Estado inspiradas no mainstream político e econômico.

Rigorosamente, mesmo que não exista no Brasil um sistema nacional de educação, o MEC, a partir da redemocratização do País, vem exercendo seu papel na coordenação geral e na promoção de políticas públicas para a educação, inspirando Estados e Municípios. Em um primeiro momento, nos anos 1990, no sentido requerido de reformas liberalizantes e, num segundo momento, os últimos anos da década de 2010, no sentido de maior participação do Estado nas formulações e execuções de políticas para a educação.

Portanto, os marcos históricos para a educação no Brasil são: a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que encerra o ciclo da democratização do País e o desfecho formal do movimento liberalizante na educação ocorrido em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996).

Não é ocioso lembrar, ainda, que os movimentos sociais imprimiram resistências ao avanço das ortodoxias liberais, entretanto a legislação e as resoluções administrativas demonstram o espírito das forças políticas nacionais hegemônicas, conforme pode-se confirmar nas páginas seguintes.

1.2.1 A Política Educacional Paranaense

As políticas educacionais do Estado do Paraná tomam por base algumas leis nacionais e estaduais que regulamentam e embasam a Educação, dentre elas a Constituição Federal (1988), a Constituição do Estado do Paraná (1989) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394 (1996); o Plano Nacional de Educação (2001); o Plano de Carreira do Estado (2004), o Plano Estadual de Educação (2006) e as Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Rede Pública Estadual de Ensino (2009).

A reestruturação das relações econômicas e sociais dos anos 1990 no Brasil, conforme afirmou-se anteriormente, refletiu-se na formulação das políticas públicas educacionais no Paraná¹. Deve-se ressaltar que isto ocorreu no mandato do primeiro presidente eleito de forma direta, Fernando Collor de Mello (1989-1991)². Um governo de marca liberalizante que inaugura o processo de reforma do Estado. No entanto, devido a uma série de denúncias de corrupção e pela força dos movimentos sociais e políticos, Collor foi impedido pelo Congresso Nacional de continuar a governar.

O vice-presidente Itamar Franco (1992-1994) assume a presidência e forma um governo de corte mais progressista, de maneira que as reformas liberalizantes passam por um interregno, que, paradoxalmente, serão retomadas por seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cujo mandato coincide com o do Governador paranaense Jaime Lerner (1995-2002). Ambos os mandatos, em nível federal e estadual, são marcados por reformas de Estado inspiradas no que se convencionou a chamar de neoliberalismo³, que se caracteriza pela promoção de privatizações de empresas estatais, descentralização de obrigações, controle fiscal e quebra de direitos sociais.

Um novo estilo de governo será inaugurado no Paraná com o opositor Roberto Requião (2003-2010) que, freando o processo de privatização e desmonte do Estado, promove um rearranjo da política paranaense. Em termos de propostas políticas e discursos, o governo estadual é um aliado do Governo Nacional, sob o mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). No Paraná, promoveu-se uma nova regulação que, apesar do discurso em favor da descentralização, é influenciada pelas forças centrípetas da capital do Estado, ou seja, de modo sistemático, a política educacional do Paraná tem sua formulação e gestão centralizada na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR).

Alguns dos documentos do estado serão aqui tratados no sentido de esclarecer os aspectos fundamentais da política educacional. O Plano Estadual de Educação - PEE Paraná está em processo de elaboração por profissionais da educação nomeados pela Secretaria de Estado da

¹ O Estado do Paraná segue suas próprias **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**.

² Fernando Collor de Mello foi o sucessor do Presidente José Sarney (1985-1991) que havia sido eleito em colégio eleitoral como solução de continuidade ao período autoritário-militar (1964-1985).

³ O chamado neoliberalismo é um projeto político e econômico apresentado na segunda metade do Século XX, caracteriza-se pela defesa da mínima intervenção do Estado, assemelhando-se ao liberalismo defendido pela Escola Neoclássica. Milton Friedman, referência incontestável do neoliberalismo, propõe que a principal função do Estado seja “a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos” (1984, p.12).

Educação (SEED)⁴. No ambiente disponibilizado pela SEED contém dados e informações para subsidiar as propostas para o Plano Estadual que o setor educacional e a sociedade civil organizada estão elaborando. Outras informações constantes no sítio de internet da SEED são uma série de estudos temáticos preliminares resultantes dos seminários realizados pela SEED e Núcleos Regionais de Educação.

Para discutir a Diretriz Curricular do Estado é preciso entender o processo de elaboração da mesma, tendo em vista que o Estado do Paraná não trabalha com as Diretrizes Curriculares Nacionais. A proposta de uma diretriz específica para o estado tem por justificativa os questionamentos feitos pela SEED às diretrizes nacionais. A apresentação da Diretriz Curricular do Estado salienta que o Estado neoliberal:

[...] cria as necessidades de novas formas de vigilância, fiscalização, avaliação e controle geral da escola e, nesse modelo, decide manter todos dentro de determinados padrões de qualidade, ditado pelas forças econômicas com leituras e análises quantitativas do desempenho de cada instituição e da rede educacional [...] A escola pública do Paraná sobreviveu a este desgoverno, de políticas equivocadas em relação ao sistema educacional e sua própria rede escolar, no período de 1995 a 2002 (PARANÁ, 2006, p.02).

A partir desta proposta o grupo de profissionais vinculados à SEED se responsabilizou por pensar uma proposta de diretriz que representasse o pensamento do estado do Paraná, como segue,

A escola pública que foi replanejada pela Gestão 2003-06, do Governo Roberto Requião, traz uma luz diferenciada para a prática pedagógica, sustentada sob uma intensa discussão de concepções que permeiam a organização do trabalho educativo na escola, além das reflexões sobre a ação docente, concretizadas por meio de um processo de formação continuada, na crença do professor como sujeito epistêmico, e da implantação de programas nas escolas, com base na definição de políticas públicas para a educação. Todos esses elementos configuram a cultura escolar, a identidade da escola, que precisa ser compreendida de forma transparente, pois esta compreensão traz vida à instituição e lhe dá, cada vez mais, profissionalismo no trato com os alunos (PARANÁ, 2006, p.03).

Cabe salientar que foi feito um diagnóstico das propostas curriculares das escolas públicas do Paraná, no período entre 2003-2006, que revelou uma indefinição da própria SEED e alguns encaminhamentos pontuais na matriz curricular até 2002 que desconfigurou a proposta do Currículo Básico de 1990, segundo PDC (2006, p.13),

⁴ Ver o site: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/pee/index.php para melhores informações sobre o processo de elaboração do PEE Paraná.

[...] até então a única proposta estadual em vigor, a qual também sofria de inadequações por ter ficado inalterada durante todos estes anos, indo contra a intrínseca característica de constante atualização que deve permear o currículo, o que justificou o estabelecimento da proposta prioritária de elaboração de diretrizes curriculares para o Estado do Paraná.

Nesse sentido, o documento relativo a proposta curricular do estado do Paraná,

[...], tem uma base disciplinar, ou seja, a ênfase será nos conteúdos científicos, nos saberes escolares das disciplinas que compõem a matriz curricular. Tais disciplinas foram selecionadas de acordo com a tradição curricular e, conforme apregoa a LDBEN/96, não em temáticas para o desenvolvimento de competências e habilidades, como era a direção anterior, fortemente marcada pelos PCNs (PARANÁ, 2006, p.18-19).

Dessa forma, na DCE (2006, p.20) “[...] propõe-se a reformulação curricular da Educação Básica do Estado do Paraná a partir da retomada dos conteúdos disciplinares, numa perspectiva diferenciada das tendências teóricas, mencionadas anteriormente, fundamentada na idéia de conteúdos estruturantes das disciplinas escolares”.

Assim, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná tem se esforçado na recuperação da concepção curricular da educação, procurando valorizar os conteúdos; entretanto, não se pode afirmar que houve o convencimento da comunidade escolar ou que sua implementação tenha se concretizado efetivamente.

1.2.2. Política de Atendimento a Educação Básica

A discussão apresentada nesta unidade do Relatório tem como base o documento proposto pela SEED e trabalhado por vários setores educacionais, portanto para fundamentar esta discussão fez-se necessário tratar dos Princípios, Objetivos, Estratégias e Ações constantes no Plano Estadual de Educação em sua versão preliminar. Sendo que, é importante notar, os aspectos da Educação Especial e a Educação infantil também são tratados a partir do mesmo documento da SEED.

Princípios da Política Educacional

A Superintendência de Educação da SEED-PR tem como função gerir a política educacional do estado a fim de garantir a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino

atendendo às especificidades de cada localidade, assim como as diversidades culturais em busca de uma educação, efetivamente democrática, no Estado do Paraná.

O objetivo da Superintendência de Educação é estabelecer e organizar o trabalho pedagógico e administrativo do sistema de ensino no Estado pautado nos seguintes princípios:

- Defesa da educação como direito de todos os cidadãos;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Garantia de escola pública, gratuita e de qualidade;
- Atendimento à diversidade cultural;
- Gestão escolar democrática, participativa e colegiada (DIA-A-DIA PARANÁ, 2010).

Objetivos, Estratégias e Ações

A SEED é a mantenedora da Educação Pública e coordenadora das políticas públicas adotadas pelo Sistema Estadual de Educação. A partir dessa perspectiva, pode-se fundamentar os argumentos necessários para apresentar as prioridades gerais, os objetivos, as estratégias e as ações. Segundo o PEE (2005), “cabe a SEED, [...] a responsabilidade de definir e propor às instâncias do Executivo e Legislativo, programas e ações que se concentrem nestas prioridades, além de estudar meios de suportá-las financeiramente” (PARANÁ, 2005, p.4). A Secretaria apoiada nos recursos orçamentários disponíveis, nas leis que os regulam, na capacidade de investimento atual e projetada e, principalmente, na capacidade de investimento necessária aos avanços que se quer alcançar.

Ressalta, ainda, o documento que o não atendimento ou o atendimento deficitário das prioridades abaixo apresentadas geram efeitos refratários, os quais são objetos dos diagnósticos e de diversas diretrizes e metas consolidadas nas seções que compõem este Plano. Nelas, pode-se ver o desdobramento das prioridades gerais, mediante ações e compromissos que elas requerem, além da indicação da responsabilidade pela execução e dos prazos estimados para a reversão dos indicadores que, atualmente, as expressam:

1. Superação do analfabetismo total e funcional no Estado, concentrando-se, principalmente, na faixa de população de 15 anos e mais.
2. Elevação geral do nível de escolarização líquida — taxa calculada a partir da relação entre população escolarizável e matrículas nos níveis de ensino correspondentes às faixas etárias — da população paranaense, concentrando-se, principalmente, na faixa etária de 14 a 18 anos, que corresponde ao Ensino Médio.
3. Ampliação do atendimento à Educação Infantil, segundo regras estipuladas pelo Regime de Colaboração Estado-Municípios, a ser normatizado.

4. Universalização do Ensino Fundamental.
5. Manutenção da política de expansão da Educação Profissional.
6. Manutenção da oferta de Educação de Jovens e Adultos, como direito assegurado à população que não pôde acessar a educação básica na idade adequada, enquanto houver indicadores que a justifiquem.
7. Valorização da totalidade dos profissionais da educação mediante a garantia de ingresso por concurso público, o plano de carreira, o estabelecimento de piso salarial profissional e a oferta de oportunidades de formação continuada.
8. Racionalização global dos investimentos em Educação, mediante:
 - a) sofisticação de instrumentos de planejamento e estabelecimento de sistemas articulados de informação e monitoramento;
 - b) estabelecimento de prioridades claras com base nos indicadores sociais e educacionais apresentados neste Plano;
 - c) correção da disparidade orçamentária entre o que é despendido para a educação básica e para o ensino superior;
 - d) estabelecimento do índice custo/aluno/qualidade, calculado segundo as especificidades dos diferentes níveis e modalidades que compõem o sistema de educação básica pública.
9. Aumento global da capacidade de investimento em Educação, através de mecanismos legais que formalizem:
 - a) a elevação constitucional do valor percentual mínimo estabelecido para os gastos em Educação, de 25% para 30% do orçamento global do Estado, tal como é proposto neste Plano;
 - b) o aumento de investimentos como percentual do PIB estadual, até, no mínimo, 7%, tal como é proposto neste Plano.
10. Democratização da gestão educacional em todos os níveis da administração, a começar pela revisão premente da Lei do Sistema de Ensino, onde se normatizam as regras para a formação e as atribuições do Conselho Estadual de Educação e dos Conselhos Escolares, bem como, se estabelecem as regras gerais para o Regime de Colaboração entre Estado e Municípios.

Objetivos Gerais

As metas a serem atingidas, como salientadas no PEE (2005), são fundamentais para que se possa compreender a política de atendimento da Educação Básica no estado, quais sejam:

1. Garantir que a educação pública paranaense seja tratada, em todos os níveis e modalidades, como direito de toda a população e dever intransferível do Poder Público.
2. Garantir o Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos, universalizando-o.
3. Garantir a oferta de Educação Básica para todos os paranaenses que a ela não tiveram acesso na idade própria.
4. Manutenção e expansão da oferta de Educação Profissional, segundo critérios definidos conjuntamente pela SEED, Fundepar, Universidades Públicas e Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública.
5. Elevar a qualidade do ensino público ofertado à população em todos os níveis e modalidades.
6. Elevar a taxa de atendimento de Educação Infantil.
7. Elevar a taxa de atendimento de Ensino Especial.
8. Normatizar, no âmbito do Estado, as regras gerais do Regime de Colaboração Estado-Município, em consonância com preceitos constitucionais federais.

9. Garantir mecanismos legais e operacionais que efetivem a gestão democrática da Educação em todos os âmbitos da administração.
10. Elevar globalmente os investimentos em Educação (PARANÁ, 2005, p. 4-5).

1.2.3. Política para a Educação Especial

Em consonância com a legislação educacional vigente, a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar que assegura, aos alunos com necessidades educacionais especiais, recursos, apoio e serviços educacionais especializados, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns.

Considerando que as estatísticas oficiais contemplam apenas a população com deficiência, ficam excluídos, destas estatísticas, os educandos com superdotação, condutas típicas de síndromes neurológicas e quadros psiquiátricos e psicológicos graves, além daqueles que apresentam problemas de aprendizagem não vinculados a uma causa orgânica e que, também, necessitam de atendimento educacional especializado, tal fato acarreta desatenção a esta população, visto que não há previsão e provisão de políticas públicas de atendimento.

Na atualidade, a Educação Especial está se consolidando sobre novos paradigmas que sinalizam para a construção de uma sociedade inclusiva, orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

Deste modo, a adoção da terminologia “necessidades educacionais especiais” para referirem-se às crianças, adolescentes, jovens e adultos cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender, tem propósito de deslocar o foco das condições pessoais do aluno, que possam interferir em sua aprendizagem, para direcioná-lo às respostas educativas que ele requer.

As necessidades educacionais especiais são definidas pelos problemas de desenvolvimento da aprendizagem apresentadas pelo aluno, em caráter temporário ou permanente, bem como pelos recursos e apoios que a escola deverá proporcionar objetivando a remoção das barreiras para a aprendizagem.

Dando cumprimento aos dispositivos legais estabelecidos nas esferas nacional e estadual, a Deliberação nº 02/03 – CEE, que fixa as normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema de Ensino do Paraná, assegura a oferta de atendimento educacional especializado aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais decorrentes de:

- I- dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, não vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a distúrbios, limitações ou deficiências;
- II- dificuldades de comunicação e sinalização demandando a utilização de outras línguas, linguagens e códigos aplicáveis;
- III- condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos neurológicos ou psiquiátricos;
- IV- superdotação/altas habilidades que, devido às necessidades e motivações específicas, requeiram enriquecimento e/ou aprofundamento curricular, assim como aceleração para concluir, em menor tempo, a escolaridade, conforme normas a serem definidas por Resolução da Secretaria de Estado da Educação (PARANÁ, 2005).

A concepção de educação, segundo o PEE (2005), repudia qualquer possibilidade de exclusão e se encontra em consonância com os principais documentos internacionais que norteiam as agendas dos governos e políticas educacionais em todo o mundo, com destaque à Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia – 1990), à Declaração de Salamanca (Espanha – 1994) e à Declaração de Guatemala (Honduras, 2001).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, estima-se que 10% da população apresentam algum tipo de deficiência. No Estado do Paraná, de acordo com os dados do censo demográfico, 2000, teríamos uma população estimada em 956.345 pessoas que apresentam algum tipo de deficiência.

A oferta obrigatória da Educação Especial inicia-se na Educação Infantil, prolonga-se durante toda a Educação Básica e até o Ensino Superior, permeando todos os níveis, etapas e modalidades da Educação, de modo a garantir a educação escolar, com vistas à promoção e ao desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Para tal, o compromisso, da Secretaria de Estado da Educação, está direcionado ao reconhecimento e atenção às diferenças individuais dos alunos com necessidades educacionais especiais e prevê a continuidade da oferta de apoios e serviços especializados,

tanto em contexto inclusivo, preferencialmente, quanto em “lócus” específico (classes e escolas especiais).

Neste sentido, promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos exige a avaliação permanente da eficácia dos serviços educacionais prestados, permitindo, quando indicada, a mobilidade dos estudantes entre as diferentes opções de apoios e serviços especializados ofertados.

É importante destacar que os serviços e apoios especializados no Estado do Paraná estão organizados para atender aos alunos que apresentam deficiência mental, deficiência física/neuromotora, deficiência visual, surdez, condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos e altas habilidades/superdotação.

De acordo com os dados de arquivo da SEED/DEE, no ano de 2004 houve oferta de algum tipo de atendimento especializado em 375 municípios, o que representou um índice de 94%, sendo 24.477 alunos com atendimento pedagógico especializado na Rede Pública de Ensino e 38.825 alunos com atendimento especializado em escolas especiais conveniadas, perfazendo um total de 63.302 alunos atendidos na Modalidade de Educação Especial (PARANÁ, 2005, p.51-54).

1.2.4. Política para a Educação Infantil

A idéia do atendimento à criança, nos espaços educativos formais, chegou tardiamente no Brasil marcada fortemente pela distinção social de atendimento diverso às variadas infâncias brasileiras. De um lado, os jardins-de-infância no Brasil (fins do século XIX) e no Paraná (início do século XX) nasceram dentro do sistema escolar, como anexos às escolas normais e grupos escolares brasileiros e ancoradas numa perspectiva de educação froebeliana (Souza, 2004). Concomitantemente e diversamente, para o atendimento à outras infâncias em condições sócio-econômicas distintas da citada anteriormente, foram implementadas no Brasil e no Paraná, desde o século XIX e especialmente no século XX, algumas instituições de assistência que se voltaram a atender crianças pobres e abandonadas (asilos, hospícios, educandários, creches, etc), subsidiadas principalmente em perspectiva de “correção e controle social” e de educação assistencialista.

Porém, é importante sublinhar a não perspectiva dicotômica entre educação versus assistência, pois entendo que a ambivalência entre assistência e educação, entre instituição de assistência

aos pobres e projeto educativo aos afortunados se soma na direção já apontada por Moysés Kuhlmann Jr (1998) que

essa polarização, presente nos estudos sobre a educação pré-escolar, chega a atribuir à história da educação infantil uma evolução linear, por etapas: primeiro se passaria por uma fase médica, depois por uma assistencial, etc, culminando como superior, neutra ou positiva, em si, em contraposição aos outros aspectos”. (Kuhlmann Jr, 1998, p.182).

Moysés Kuhlmann defende que a história de instituições no Brasil como creches, escolas maternais e jardins-de-infância no campo da assistência à infância constituíram-se fruto “da articulação de interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos, em torno de três influências básicas: a jurídico-policial, a médico-higienista e a religiosa.” (Kuhlmann Jr, 1998, p.81).

Quanto a produção de estudos sobre história da infância no Brasil, Maria Cristina Gouvêa (2003) afirma que já há uma produção significativa no campo da história da infância, mas identifica na

produção existente uma ausência de diálogo entre as investigações situadas no campo acadêmico da história, caracteristicamente pouco voltado para o estudo da inserção da criança na escola, e a produção da história da educação, voltada para a investigação sobre a instituição escolar, sem, no entanto, dar destaque à identidade geracional do aluno. (...) Produziu-se assim um quadro de uma escola sem criança e de uma criança sem escola, questão que os estudos contemporâneos podem contribuir para superar. (Gouvêa, 2003, p.198-199).

Neste contexto, a história da educação infantil encontra-se ainda tímida no Brasil. Alguns esforços começam a aparecer com mais destaque, mas me parece que ainda com dificuldades de dar visibilidade as histórias, modos e feições das instituições e dos sujeitos (adultos e crianças) que povoaram estes espaços de educação de crianças pequenas. Mesmo assim, a título de exemplificação, vale destacar o intento de alguns pesquisadores debruçarem-se acerca da história da educação infantil paranaense, ver para isso trabalhos realizados em torno do projeto História, Cultura e Escolarização da infância, coordenado por Gizele de Souza na UFPR.

No plano legal, as nomeações e ênfases acerca da educação infantil muito se alteraram nos últimos anos (ver por exemplo trabalhos de Maria Malta Campos, Fúlvia Rosemberg, Carmem Craidy) e também as alterações de perspectivas e finalidades.

Menção referente a educação infantil pode-se verificar no artigo 19 § 2º da Lei 5692/71 que, apesar de citar o atendimento a esta etapa, o faz de maneira tímida, quando apenas recomenda que “os sistemas de ensino devem velar” para que as crianças menores de sete anos recebam, segundo a lei, “conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes”.

A atual legislação que regulamenta a educação no Brasil, a Lei nº. 9394/96 demonstra um avanço ao recomendar um tratamento adequado à criança de 0 a 6 anos. Já a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 208, inciso IV, no artigo 214 e no artigo 227, sem dúvida, é o respaldo ao novo tratamento à Educação Infantil pela Lei 9394/96 e pelo Plano Nacional de Educação, reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos com absoluta prioridade. O Estatuto da Criança e do Adolescente em conformidade com as demais legislações, prevê políticas públicas de atendimento ao direito à vida, educação, saúde, proteção, alimentação, lazer, cultura, dignidade das crianças, com garantia de defesa desses direitos, sendo fundamental que no Plano Estadual estejam contempladas diretrizes, objetivos e metas que atendam às necessidades das crianças.

O Plano Nacional de Educação propõe a expansão da oferta de educação infantil e estabelece percentuais crescentes a serem atingidos até o final da década de 2010. No entanto, é preciso considerar a situação atual das instituições que atuam com essa etapa educacional, pois a maioria não conta com profissionais qualificados, não desenvolve programa educacional, não dispõe de mobiliário, brinquedos e outros materiais pedagógicos adequados.

Ressaltamos que a expansão de matrículas, na Educação Infantil, precisa vir acompanhada de significativo aumento da consciência social de que a educação infantil é, antes de tudo, um direito da criança e que esse atendimento é importante e necessário para o seu desenvolvimento.

A construção de um Plano Estadual de Educação que contemple uma política pública para a Educação Infantil, que vise atender, com qualidade, as crianças de 0 a 6 anos, precisa estar pautada num diagnóstico da situação da população dessa faixa etária no Estado.

Dados do MEC/INEP demonstram que, em 2002, o Paraná contava com um número de 307.789 alunos de até 06 anos matriculados em creches e pré-escolas, em relação a uma população de 1.263.221 crianças (IBGE-2000). Vale ressaltar que, uma parcela significativa das instituições que prestam esse atendimento são orientadas e acompanhadas pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e pelo PROVOPAR, hoje, Secretaria do Trabalho

e Promoção Social, nos aspectos pedagógicos, estando sob responsabilidade da SEED/NRE os aspectos de estrutura e funcionamento.

O Plano Estadual de Educação precisa levar em conta, ainda, a necessidade de (re)pensar a educação infantil que temos hoje, nossa concepção de infância e o que compreendemos como educação socialmente significativa. A importância de se investir no desenvolvimento humano, a partir do nascimento, consiste no atendimento da criança e, para tanto, é preciso contar com “profissionais especializados, capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer” (PNE, 2001, p.8). No entanto, a realidade atual denuncia a atuação de profissionais com formação “mínima”, e em algumas situações, não qualificados.

O Plano Nacional de Educação (2001, p.11) afirma: “[...] a educação infantil terá um papel cada vez maior na formação integral da pessoa”. Com certeza, a partir do que hoje se conhece sobre desenvolvimento e aprendizagem, se torna cada vez mais visível a importância do investimento nos primeiros anos de vida (PARANÁ, 2005, p.6-10).

Vale ainda demarcar, no campo da política de educação infantil, o desafio de articular as ações da educação infantil em consonância com as ações públicas municipais, estaduais e ou federal, entendendo a educação da infância como campo intersetorial, sob coordenação da área de educação. A documentação da pesquisa recolhida nos municípios (selecionados) no estado do Paraná indicam para esta dificuldade, qual seja, quando há menção à educação infantil, não se identifica a articulação desta etapa educacional à outras ações políticas de governo. Também se observa pouco detalhamento (ou quase nada) sobre as condições de oferta da educação infantil, da contratação de profissionais de educação, dos contratos de conveniamento, da estrutura das instituições, etc.

1.3. Organização Administrativa

1.3.1 Relações entre as esferas administrativas e a SEED-PR

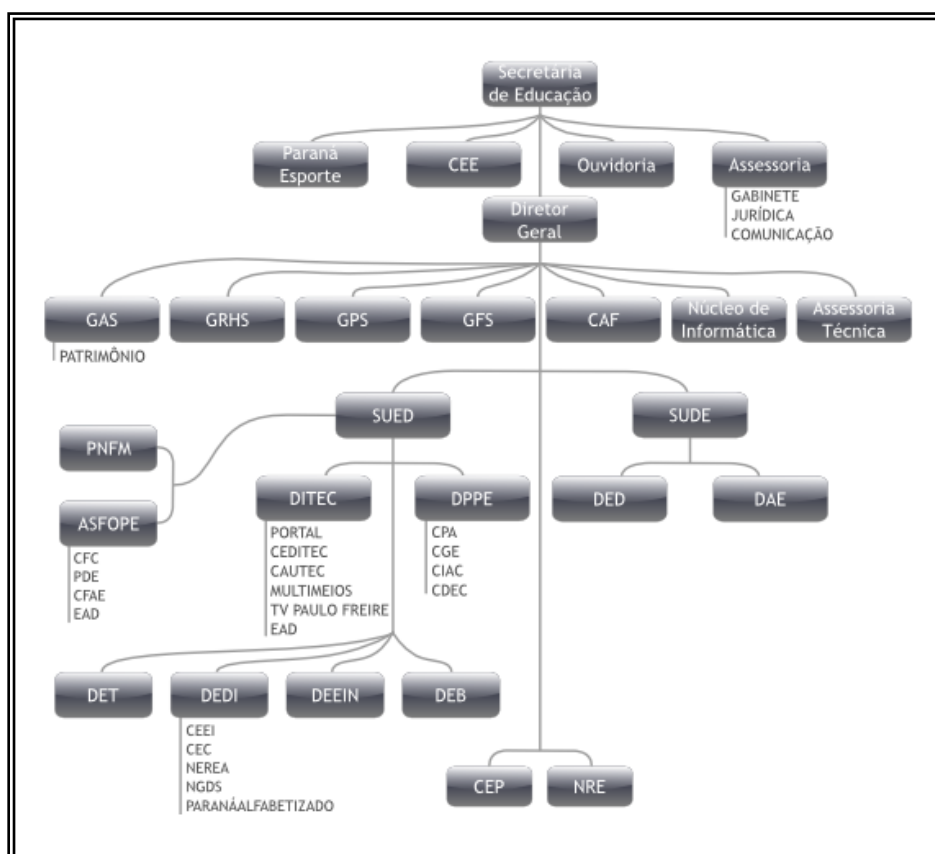
A SEED tem como função gerir a Política Educacional do Estado a fim de garantir a formação em todos os níveis e etapas de ensino atendendo à diversidade cultural no Estado e às especificidades de cada localidade. Para Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, secretária da educação Estado do Paraná,

[...] a efetivação de uma política pedagógica em um Estado profuso, nas diversidades sociais, geográficas, históricas e culturais, como se apresentam no Paraná, indubitavelmente exige uma organização administrativa para um

funcionamento efetivo do sistema educacional. Desta forma, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná-SEED/PR está fundamentada numa compreensão de totalidade do trabalho educativo, cuja finalidade é fiscalizar, inspecionar e congregar as atividades de fins pedagógicos e administrativos, nos diferentes órgãos que compõem o sistema estadual de educação, objetivando propostas pedagógicas de melhorias para a área educacional. Assim, a SEED/PR busca possibilitar a todos os profissionais da rede de ensino, por meio de ações em conjunto com suas superintendências, diretorias, departamentos de ensino, coordenações e grupos setoriais, reafirmar o empenho educativo na busca de ações eficientes num governo que opta por um sistema educacional de qualidade numa sociedade mais justa, que preserva e objetiva valores [...] (ARCO-VERDE, 01 ago 2009).

Para ilustrar a atuação da SEED, seguem elencados, a seguir, os programas e projetos de Governo para a educação no Paraná com base nos textos de divulgação disponibilizados pela própria SEED e seus departamentos:

Figura 4: ORGANOGRAMA DA SEED



Fonte: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br

Projetos de iniciativa exclusiva da SEED-PR:

- a) Educação Especial-Inclusão Responsável;
- b) Biblioteca Escola;
- c) Livro Didático Público;

- d) Tecnologias na Educação;
- e) PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional–Formação Continuada em Rede)
- f) Paraná Digital;
- g) FERA COM CIÊNCIA e Jogos Colegiais;
- h) Dados e Informações Educacionais;
- i) Desafios Educacionais Contemporâneos;
- j) Educação Escolar Indígena;
- k) Educação do Campo;
- l) História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- m) Educação de Jovens e Adultos – Paraná Alfabetizado;
- n) Educação Profissional;
- o) Colégios Agrícolas e Florestais;
- p) Casas Familiares Rurais.

A SEED do Estado do Paraná tem promovido programas e cursos destinados aos professores da rede, de maneira a gerar uma melhoria da qualidade e das condições de trabalho dos professores. Entre eles:

- Ações do Programa de Formação Continuada dos Profissionais da Educação ⁵(promoção de Grupos de Estudo, Simpósios, Salas de apoio, Formação para os agentes de execução);
- Ações do Programa de Melhoria dos Espaços Escolares de Apoio ao Estudo e a Pesquisa (Biblioteca do Professor, Biblioteca dos Temas Paranaenses e Biblioteca de Literatura Universal, materiais didáticos pedagógicos das diversas disciplinas);
- Ações do Programa de Pesquisa e Produção (Projeto Folhas - produção de textos pedagógicos que se configuram como material didático de apoio aos alunos e professores; Objeto de Aprendizagem Colaborativa (OAC) – produção e disponibilização de conteúdos e recursos didáticos aos educadores, em ambiente virtual, auxiliando-os na elaboração de aulas; Manuais de orientação – Instrumentos didáticos de orientação para a consecução dos projetos listados anteriormente; Caderno de Orientação Pedagógica para Sala de Apoio a Aprendizagem; Cadernos de Orientação Pedagógica para os espaços de apoio ao estudo e à pesquisa; Antologia de textos filosóficos e sociológicos; Projeto Eureka; Livro Didático Público.

⁵ A formação continuada dos professores é um desses programas que tem sido oferecido por intermédio do Departamento de Educação Básica que assim o define: “Tal formação [de educação continuada] deve pressupor encontros presenciais com docentes de Instituições de Ensino Superior e outros professores da rede, pois as discussões teórico-metodológicas, as trocas de experiências das diferentes realidades regionais e a compreensão das diversas linhas de pensamento que fundamentam os cursos de formação inicial, tornam-se mais ricas e cumprem efetivamente sua função formativa possibilitando esses debates diretos.”

1.3.2 Relações estabelecidas com outras instâncias governamentais e não governamentais

O Estado do Paraná, como os demais entes federativos, tem respondido positivamente as parcerias propostas pelo Governo Federal em articulação com os municípios. Dessa forma, a seguir, anotam-se as ações, programas e projetos desenvolvidos com a União e Municípios paranaenses:

- a) Plano de Ações Articuladas – PAR;
- b) Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE–Escola;
- c) Pró-Letramento;
- d) Prova Brasil e SAEB;
- e) Provinha Brasil;
- f) Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – SAREH;
- g) Programa Atitude;
- h) ProInfo;
- i) Formação pela Escola;
- j) Universidade Aberta do Brasil - UAB;
- k) Educação de Jovens e Adultos – EJA;
- l) ProFuncionário;
- m) ProInfantil;
- n) Programa Paraná Alfabetizado;
- o) Programa Escola Ativa;
- p) Formação Continuada da SEED para os Profissionais da Educação dos Municípios Paranaenses;
- q) Orientações e Parceria para a Melhoria da Prática Pedagógica;
- r) Parcerias nas Campanhas e Prêmios;
- s) Olimpíada Brasileira de Matemática e Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa;
- t) Transporte Escolar;
- u) Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- v) Georreferenciamento;
- x) Censo Escolar;
- z) Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE.

1.4. Política Funcional na Rede Estadual do Paraná

O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual Básica foi regulamentado pela Lei complementar n° 103, de 15 de março de 2004, que institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

1.4.1 Definição do Corpo Docente

Os profissionais que são contemplados por essa legislação específica são aqueles que, de acordo com seu art. 2º,

[...] exercem atividades de docência⁶ e os que oferecem suporte pedagógico⁷ direto a tais atividades nos Estabelecimentos de Ensino, nos Núcleos Regionais da Educação, na Secretaria de Estado da Educação e nas unidades a ela vinculadas, incluídas as de direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa, atuando na Educação Básica (PARANÁ, 2004).

O Estatuto do Magistério do Estado do Paraná, Lei Complementar nº 07/77, apresenta no Título I, Das Disposições Preliminares, no Capítulo único, Do Campo de Aplicação e Das Definições, no se Art. 2º, entende-se:

I- por pessoal de Magistério, o conjunto de Professores e Especialistas de Educação que, nos complexos ou unidades escolares e demais órgãos de educação, ministra, assessora, planeja, programa, dirige, supervisiona, inspeciona, coordena, acompanha, controla, avalia e/ou orienta a educação sistemática, assim como os que colaboram diretamente nessas funções, sob sujeição às normas pedagógicas e às disposições deste Estatuto.

II - Por Professor, genericamente, todo ocupante de cargos de docência;

III - Por atividades do Magistério, aquelas inerentes à educação, nelas incluídas a direção, o ensino e a pesquisa (PARANÁ, 2004).

No seu Art. 3º. O Pessoal do Magistério compreende as categorias seguintes:

I - Pessoal Docente;

II - Pessoal Especialista.

§ 1º. Pertence ao Pessoal Especialista o membro do Magistério que, possuindo a respectiva qualificação, desempenha atividades de direção, planejamento, orientação, atendimento e acompanhamento psicológico no campo educacional, inspeção, supervisão e outras similares no campo da educação, respeitadas as prescrições contidas nos Artigos 29, 33 e 40, da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.

§ 2º. A competência do Pessoal do Magistério decorre, em cada grau de ensino, das disposições próprias das leis estaduais e federais, dos regulamentos e regimentos. (PARANÁ, 2004)

⁶ No **CAPÍTULO III - DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS**, no Art. 4º., inciso VI – **DOCÊNCIA**: atividade de ensino desenvolvida pelo Professor, direcionada ao aprendizado do aluno e consubstanciada na regência de classe (PARANÁ, 2004, p.2).

⁷ No **CAPÍTULO III - DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS**, no Art. 4º., inciso V – **PROFESSOR**: servidor público que exerce docência, suporte pedagógico, direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa exercida em Estabelecimentos de Ensino, Núcleos Regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas (PARANÁ, 2004, p.2).

1.4.2 Planos de Cargos e Carreira

No Estatuto do Magistério do estado do Paraná no Título III, Do Pessoal Do Magistério, no Capítulo I, Da Carreira Do Magistério, no Art. 6º. “A carreira do Magistério caracteriza-se por atividades continuadas e dirigidas à concretização dos princípios, dos ideais e dos fins da educação brasileira”.

Parágrafo único. A carreira inicia-se, satisfeitas as normas legais e/ou disposições deste Estatuto, ou dele decorrentes, para um dos cargos das classes iniciais das séries de classes constantes do Plano de Classificação de Cargos do Quadro Próprio do Pessoal do Magistério.

No Capítulo II, Do Plano De Classificação, no Art. 7º. Os cargos do Magistério serão providos segundo o regime jurídico deste Estatuto, sempre mediante concurso público de provas e títulos. No Art. 8º. Os cargos do Magistério integram séries de classes ou classes singulares. Em seu Art. 9º. Para os efeitos desta lei:

- I - cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um Professor ou Especialista de Educação;
- II - classe é um conjunto de cargos com vencimento ou remuneração fixados segundo nível de habilitação, qualificação, volume de trabalho e grau de responsabilidade;
- III - série de classe é o conjunto de classes do mesmo gênero de atividades funcionais dispostas hierarquicamente, constituindo a linha vertical da promoção ascensional do Professor ou Especialista de Educação, escalonados em diferentes níveis, de acordo com o grau de qualificação e atribuições correspondentes, nos termos da Lei Federal n.º 5.692/71;
- IV - grupo ocupacional é o conjunto de atividades correlatas ou afins, quanto à natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimento aplicados ao seu desempenho, abrangendo séries de classes ou classes singulares;
- V - serviço é a justaposição de grupos ocupacionais tendo em vista a identidade, a similaridade ou a conexão das respectivas atividades profissionais.

No Art. 10. A estruturação da carreira do Magistério compreende dois cargos distintos:

- I - Professor;
 - II - Especialista de Educação.
- § 1º. O conjunto dos ocupantes de cada um dos cargos deste artigo, compõem um grupo ocupacional.

§ 2º. Cada grupo ocupacional compreende cinco níveis de atuação, nos quais o Professor ou Especialista de Educação exercem sua atividade, a saber:

- a)- nível de atuação I, da 1ª. à 4ª. série do 1º Grau;
- b)- nível de atuação II, da 1ª. à 6ª. série do 1º Grau;
- c)- nível de atuação III, da 1ª. à 8ª. série do 1º Grau;
- d)- nível de atuação IV, da 1ª. à 8ª. série do 1º Grau e da 1ª. à 2ª. série do 2º Grau;
- e)- nível de atuação V, da 1ª. à 8ª. série do 1º Grau e da 1ª. à 4ª. série do 2º Grau.

§ 3º. Os níveis de atuação são agrupados em séries de classes conforme a formação profissional mínima exigida para o exercício do Magistério.

§ 4º. As classes são em número de cinco (5), em função do nível de formação, assim integradas:

Classe A: Pelo pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de 2º grau, com três (3) séries.

Classe B: Pelo pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de 2º grau, com quatro (4) séries, ou de 2º grau, com três (3) séries e mais um ano de estudos adicionais.

Classe C: Pelo pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior, ao nível de graduação, obtida em curso de curta duração, representada por licenciatura de 1º grau quando se tratar de Professor.

Classe D: Pelo pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior, ao nível de graduação, obtida em curso de curta duração ou mais um (1) ano de estudos adicionais, representada por licenciatura de 1º grau, quando se tratar de Professor.

Classe E: Pelo pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior, ao nível de graduação com duração plena, representada por licenciatura plena quando se tratar de Professor.

§ 5º. Os níveis de atuação abrangem séries de classes assim distribuídas:

- a)- nível de atuação I, classes: A, B, C, D, E;
- b)- nível de atuação II; classes: B, C, D, E;
- c)- nível de atuação III, classes: C, D, E;
- d)- nível de atuação IV, classes: D, E;
- e)- nível de atuação V, classe: E.

§ 6º. Cada Classe é composta de cinco níveis de elevação, em função dos avanços em diagonal resultantes dos créditos que traduzem o mérito do Professor ou Especialista de Educação:

Avanços da Classe A: A1, A2, A3, A4, A5;

Avanços da Classe B: B1, B2, B3, B4, B5;

Avanços da Classe C: C1, C2, C3, C4, C5;

Avanços da Classe D: D1, D2, D3, D4, D5;

Avanços da Classe E: E1, E2, E3, E4, E5.

Em seu Art. 11. As atribuições e características pertinentes a cada Classe estão especificadas no Anexo I.

Parágrafo único. As especificações de Classes compreendem, para cada Classe, além de outros, os elementos seguintes:

Denominação, Código, Habilitações específicas exigidas, linhas de promoção e de acesso.

No Art. 12. O avanço em diagonal disposto no Parágrafo 6º, do Artigo 10, de um para outro nível de elevação, na forma da tabela de crédito para promoções constantes do anexo III, consiste na concessão de percentual de cinco por cento (5%) e incidirá sobre o vencimento do Professor ou Especialista de Educação.

Em resumo, o plano de carreira do professor da Rede Estadual está estruturado em 06 (seis) níveis, cada um deles composto por 11 (onze) classes, segundo o que estabelece o diploma legal anteriormente citado. A tabela abaixo tem fins ilustrativos, os valores referem-se ao segundo semestre de 2009.

FIGURA 5: Tabelas de vencimentos

Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas - ATUALIZADA COM 6%												
	NÍVEIS	Classes										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	1.577,69	1.656,57	1.739,40	1.826,37	1.917,69	2.013,58	2.114,26	2.219,97	2.330,97	2.447,52	2.569,90
Especialização	Nível II	922,44	968,56	1.016,99	1.067,84	1.121,23	1.177,29	1.236,16	1.297,97	1.362,86	1.431,01	1.502,56
Lic. Plena	Nível I	737,95	774,85	813,59	854,27	896,98	941,83	988,92	1.038,37	1.090,29	1.144,80	1.202,04
Lic. Curta + Adic.	Nível Esp. III	627,27	658,63	691,57	726,14	762,45	800,57	840,60	882,63	926,76	973,10	1.021,76
Lic. Curta	Nível Esp. II	553,47	581,14	610,20	640,71	672,75	706,38	741,70	778,79	817,73	858,61	901,54
Magistério	Nível Esp. I	516,56	542,39	569,51	597,98	627,88	659,28	692,24	726,85	763,19	801,35	841,42

OBS: AUXÍLIO TRANSPORTE (AT) por 20H - R\$ 215,28

Tabela Salarial dos Funcionários - ATUALIZADA COM 6%												
Agente Educacional I						Agente Educacional II						
Classe	Nível		Classe	Nível		Classe	Nível		Classe	Nível		
	Nº	R\$		Nº	R\$		Nº	R\$		Nº	R\$	
1	1	R\$ 667,10	19	19	R\$ 1.305,40	2	1	R\$ 1.000,65	20	20	R\$ 1.958,10	
	2	R\$ 692,45		20	R\$ 1.355,01		2	R\$ 1.038,67		20	R\$ 2.032,51	
	3	R\$ 718,76		21	R\$ 1.406,49		3	R\$ 1.078,15		21	R\$ 2.109,74	
	4	R\$ 746,08		22	R\$ 1.459,94		4	R\$ 1.119,12		22	R\$ 2.189,92	
	5	R\$ 774,43		23	R\$ 1.515,42		5	R\$ 1.161,64		23	R\$ 2.273,13	
	6	R\$ 803,85		24	R\$ 1.573,01		6	R\$ 1.205,78		24	R\$ 2.359,51	
	7	R\$ 834,40		25	R\$ 1.632,78		7	R\$ 1.251,61		25	R\$ 2.449,17	
	8	R\$ 866,10		26	R\$ 1.694,82		8	R\$ 1.299,17		26	R\$ 2.542,24	
	9	R\$ 899,02		27	R\$ 1.759,23		9	R\$ 1.348,53		27	R\$ 2.638,85	
	10	R\$ 933,18		28	R\$ 1.826,08		10	R\$ 1.399,77		28	R\$ 2.739,12	
	11	R\$ 968,65		29	R\$ 1.895,47		11	R\$ 1.452,96		29	R\$ 2.843,21	
	12	R\$ 1.005,45		30	R\$ 1.967,50		12	R\$ 1.508,18		30	R\$ 2.951,25	
	13	R\$ 1.005,51		31	R\$ 2.042,26		13	R\$ 1.565,49		31	R\$ 3.063,40	
	14	R\$ 1.083,32		32	R\$ 2.119,87		14	R\$ 1.624,98		32	R\$ 3.179,81	
	15	R\$ 1.124,49		33	R\$ 2.200,42		15	R\$ 1.686,73		33	R\$ 3.300,64	
	16	R\$ 1.167,22		34	R\$ 2.284,05		16	R\$ 1.750,82		34	R\$ 3.426,06	
	17	R\$ 1.211,57		35	R\$ 2.370,84		17	R\$ 1.817,36		35	R\$ 3.556,25	
	18	R\$ 1.257,62		36	R\$ 2.460,93		18	R\$ 1.886,42		36	R\$ 3.691,39	

OBS: AUXÍLIO TRANSPORTE - R\$ 200,13

Fonte: Jornal 30 de agosto, 2009, p.2.

1.5. Estatística da Educação Básica no Paraná

Conforme os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP – do ano de 2008, o Estado do Paraná contém 2.342.417 matrículas na rede Federal, Estadual, Municipal e Privada, assim como 11.663 instituições e 143.828 docentes.

Do total de matrículas do Estado, 1.690.852 registros são no Ensino Fundamental; 472.244 do Ensino Médio; e 179.321 da rede Particular de Ensino. Quanto o total de escolas, 6.154 instituições são do Ensino Fundamental; 1.662 no Ensino Médio; e 3.847 no Ensino Pré-escolar. Dos 143.828 docentes, 92.759 pessoas estão no Ensino Fundamental; 36.678 profissionais no Ensino Médio; e 14.391 docentes no Ensino Pré-Escolar.

TABELA 2: Dados educacionais do estado do Paraná – 2008

Matrículas Rede Estadual		
Ensino Fundamental	1.690.852	
Ensino Médio	474.244	
Total		2.165.096
Matrículas Rede Particular		
Ensino Fundamental	138.609	
Ensino Médio	60.012	
Pré-escolar	106.761	
Total		305.382
Total de Escolas		
Ensino Fundamental	6.154	
Ensino Médio	1.662	
Pré-escolar	3.847	
Total		11.663
Docentes		
Ensino Fundamental	92.759	
Ensino Médio	36.678	
Pré-escolar	14.391	
Total		143.828

Fonte: INEP, 2008.

II - POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA

2.1 CURITIBA

2.1.1. Caracterização do Município

A Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais foi fundada em 29 de março de 1693 de acordo com as exigências de Portugal. Em 1721 a vila recebe a visita do ouvidor Raphael Pires Pardiniho que além da mudança do nome para Curitiba dá início a um desenvolvimento em que a preocupação com o meio ambiente já estava contemplado nas políticas determinadas pelo ouvidor.

Curitiba passou por um largo período de estagnação, enfrentando forte situação de pobreza. Esse quadro começou a se reverter, a partir de 1812, com o tropeirismo. Por ser ponto estratégico do caminho do Viamão a São Paulo e Minas Gerais a cidade foi crescendo por conta do surgimento de lojas, armazéns e escritórios de negócios diretamente relacionados ao transporte de animais.

A cidade de Curitiba possui área territorial de 435.495 km² e população estimada de 1.828.092 habitantes, segundo os dados do Caderno Estatístico do Município de Curitiba (IPARDES, 2009). Atualmente, o gestor do município é Luciano Ducci⁸, eleito vice-prefeito, juntamente com Carlos Alberto Richa para o mandato de 2008-2010 e empossado prefeito em 30 de março de 2010.

2.1.2. Política Educacional do Município

De acordo com o documento “Diretrizes Curriculares para a educação Municipal de Curitiba - 2006”, a educação em Curitiba se norteia por “três princípios básicos: Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Educação pela Filosofia e Gestão Democrática do Processo do Processo Pedagógico” (Diretrizes Curriculares, 2006, p.3).

O princípio “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” está voltado para a formação de uma consciência pautada pelo entendimento do que deve ser a solidariedade inter-geracional, os documentos oficiais afirmam:

⁸ Cabe salientar que a posse do atual prefeito do município deve-se ao afastamento de Carlos Alberto Richa para concorrer ao cargo de governador nas eleições de 2010.

[...] no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, que é preciso desenvolver nos estudantes a capacidade de discernir e refletir sobre questões referentes ao consumo sustentável, sobre os princípios morais e éticos, presentes nas propagandas e produtos, sobre o consumo de bens de primeira necessidade que respeitem os direitos humanos [...] diferenciando o que é essencial do que é supérfluo (DIRETRIZES CURRICULARES, 2006, p.7).

Na dimensão filosófica o documento destaca a importância de um ensino que desenvolva habilidades que possibilitem aos estudantes uma “reflexão radical, rigorosa e de conjunto” (Diretrizes Curriculares, 2006, p.11).

A Gestão Democrática do Processo Pedagógico “está associada ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias, mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais significativos” (Diretrizes Curriculares, 2006, p.14).

2.1.3. Política para a Educação Básica

O Conselho Municipal de Educação de Curitiba-CME, criado pela Lei n.6763/85 que foi alterada pela Lei n.12081/2006 consagrou o direito à educação como diretriz de suas ações, assegurando o direito à educação básica a todos os cidadãos, por meio do recenseamento e da chamada escolar pública.

Essa preocupação não se restringiu a chamada escolar para a realização das matrículas, houve ainda uma preocupação com a organização do Ensino Fundamental, considerada pelos conselheiros como etapa obrigatória da Educação Básica que se constitui como direito público subjetivo.

2.1.4. Política para a Educação Infantil

A prefeitura de Curitiba dispõe para diretores, pedagogos, professores e educadores dos CMEIs, CEIs e escolas o documento “Educação Infantil – Objetivos de Aprendizagem: uma discussão permanente que reúne os objetivos gerais de aprendizagem das Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba- Educação Infantil.

De acordo com as “Orientações para (re)elaboração, implementação e avaliação de proposta pedagógica na educação infantil” de 2006, a Superintendência da Educação-Departamento de

Ensino Fundamental, Coordenação Pedagógica de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Curitiba prioriza “a Proposta Pedagógica, sua identidade, finalidade e processo de elaboração”, entendendo-a numa vertente processual que vai sendo construída pelos sujeitos. Esse documento, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação, vai servir de norteamto das políticas e diretrizes da Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Curitiba. Assim, nos detivemos no documento ao tratar da Educação Infantil no Estado do Paraná, conforme pode ser verificado neste relatório.

2.1.5. Organização Administrativa

A Secretaria Municipal de Educação de Curitiba estabelece parceria com a Secretaria de Estado da Educação para o delineamento de políticas voltadas para a Educação Básica e em especial para a Educação Infantil. Dessa forma, a Secretaria de Estado da Educação, além de colaborar para o processo de formação continuada do professor que atua na educação infantil, desenvolve projetos destinados a implementação de políticas públicas voltadas para esse grupo.

A Secretaria Municipal de Educação mantém ainda, parcerias com o Núcleo Regional de Educação de Curitiba, com o Instituto “Avisa lá” de São Paulo, e outras instâncias no sentido de trazer contribuições para o contexto escolar municipal.

2.1.6. Política Funcional da Rede Municipal de Ensino

De acordo com a Resolução CNE/CEB n.º 1, de 20 de agosto de 2003 do Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação em Nível Médio na modalidade Normal (Parecer CNE/CEB 01/99) reconhecem que o Art. 62 da LDBEN “flexibiliza” a trajetória de formação docente e indo além, afirma que: Tal flexibilidade é compatível com o esforço dos legisladores no sentido de contemplar a diversidade e a desigualdade de oportunidades que perpassam a realidade educacional no país. Sem criar impedimentos formais para a oferta dessa modalidade de atendimento educacional, de fato, a lei desafia os sistemas a repensá-la sob novas bases. A rigor, seu reconhecimento expressa um movimento em busca da recuperação da sua identidade, na medida em que é a única modalidade de educação profissional em nível médio que a lei reconhece e identifica. As políticas educacionais deverão respeitar essa peculiaridade e envidar esforços para dar conseqüência à valorização do magistério em todas as suas dimensões.

Embora a lei determine que o nível médio seja o patamar mínimo para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, existe plena concordância sobre a conveniência de formação em nível superior para todos os professores. Esse patamar mínimo e o desejo do movimento em direção ao aprimoramento da formação docente foi confirmado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei 10.172, de 9 de Janeiro de 2001. Ele defende a melhoria da qualidade do ensino em nosso país e reconhece que ela somente poderá ser alcançada com a valorização do magistério. Esta implica em, simultaneamente, cuidar da formação inicial, das condições de trabalho, salário e carreira e da formação continuada.

O Plano Nacional de Educação reconhece a existência de cerca de 30.000 professores que atuam na educação infantil e que não possuem formação docente, um número incerto atuando em creches, pouco mais de 10.000 professores atuando em classes de alfabetização, com formação apenas no ensino fundamental. Da mesma forma, pondera a mesma Lei, cerca de 100.000 professores (número que o PNE considerava subestimado) atuam nos anos iniciais do ensino fundamental e carecem de formação específica em nível médio. O Plano Nacional de Educação estabelece que (meta 10.3.10)

[...] onde ainda não existam condições para formação em nível superior de todos os profissionais necessários para o atendimento das necessidades do ensino, estabelecer cursos de nível médio, em instituições específicas, que observem os princípios definidos na diretriz no. 1 e preparem pessoal qualificado para a educação infantil, para a educação de jovens e adultos e para as séries iniciais do ensino fundamental, prevendo a continuidade dos estudos desses profissionais em nível superior. Todos esses profissionais devem completar sua formação em nível médio, na modalidade Normal, até 2006 (meta 10.3.17). Ao mesmo tempo, somando-se a essa demanda, o Plano Nacional de Educação estabelece ainda a transformação progressiva de todas as escolas unidocentes em escolas com mais de um professor (meta 2.3.15) e a reversão do desdobramento de turnos, garantindo no máximo dois turnos diurnos e um noturno (meta 2.3.20). Essas determinações apontam para o equacionamento da formação docente na zona rural, em lugares de difícil acesso, de maneira a que todas as crianças tenham educação de qualidade, com professores que tenham pelo menos a formação em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1999).

FIGURA 6: Tabela de vencimentos do Magistério – 2009

TABELA DE VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO- ABRIL/2009 (com 6,5% de reajuste)									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
• PARTE ESPECIAL									
100	707,93	727,73	748,10	769,05	790,58	812,73	835,49	858,87	882,92
101	907,67	933,06	959,21	986,06	1.013,68	1.042,04	1.071,21	1.101,23	1.132,07
102	1.163,74	1.196,36	1.229,83	1.264,25	1.299,69	1.336,09	1.373,48	1.411,91	1.451,50
• PARTE PERMANENTE - GRADUAÇÃO									
103							960,81	987,73	1.015,39
104	1.043,82	1.073,03	1.103,11	1.133,97	1.165,73	1.198,36	1.231,93	1.266,43	1.301,89
105	1.338,33	1.375,81	1.414,35	1.453,91	1.494,63	1.536,49	1.579,51	1.623,76	1.669,22
106	1.715,95	1.763,99	1.813,41	1.864,18	1.916,36	1.969,99	2.025,20	2.081,90	2.140,19
107PMI	2.200,12	2.261,72	2.325,04	2.390,15	2.457,07	2.525,87	2.596,60	2.669,31	2.744,04
108PMI	2.820,88	2.899,86	2.981,05	3.064,53	3.150,33	3.238,54	3.329,22	3.422,44	3.518,27
• PARTE PERMANENTE - ESPECIALIZAÇÃO									
107	936,22	962,42	989,40	1.017,10	1.045,57	1.074,84	1.104,94	1.135,90	1.167,68
108	1.200,38	1.233,99	1.268,55	1.304,05	1.340,58	1.378,12	1.416,74	1.456,39	1.497,16
109	1.539,10	1.582,21	1.626,48	1.672,02	1.718,87	1.766,98	1.816,46	1.867,32	1.919,59
110	1.973,36	2.028,60	2.085,43	2.143,79	2.203,84	2.265,54	2.328,98	2.394,18	2.461,22
111PMII	2.530,13	2.600,97	2.673,81	2.748,67	2.825,64	2.904,76	2.986,09	3.069,69	3.155,65
112PMII	3.244,00	3.334,83	3.428,21	3.524,20	3.622,89	3.724,33	3.828,60	3.935,80	4.046,01
• PARTE PERMANENTE - MESTRADO									
111	1.076,65	1.106,80	1.137,79	1.169,65	1.202,42	1.236,09	1.270,66	1.306,28	1.342,86
112	1.380,46	1.419,10	1.458,85	1.499,68	1.541,68	1.584,84	1.629,22	1.674,85	1.721,75
113	1.769,96	1.819,54	1.870,47	1.922,85	1.976,69	2.032,03	2.088,91	2.147,43	2.207,55
114	2.269,38	2.332,88	2.398,24	2.465,38	2.534,42	2.605,36	2.678,33	2.753,33	2.830,42
115PMIII	2.909,65	2.991,13	3.074,88	3.160,97	3.249,47	3.340,47	3.434,00	3.530,14	3.629,00
116PMIII	3.730,61	3.835,07	3.942,45	4.052,84	4.166,31	4.282,97	4.402,89	4.526,18	4.652,91
• PARTE PERMANENTE - DOUTORADO									
500	1.238,15	1.272,82	1.308,46	1.345,10	1.382,76	1.421,48	1.461,28	1.502,19	1.544,26
501	1.587,50	1.631,94	1.677,64	1.724,61	1.772,91	1.822,55	1.873,57	1.926,03	1.979,96
502	2.035,41	2.092,39	2.150,98	2.211,21	2.273,13	2.336,77	2.402,20	2.469,46	2.538,61
503	2.609,69	2.682,76	2.757,87	2.835,09	2.914,48	2.996,08	3.079,97	3.166,21	3.254,86
504	3.346,01	3.439,69	3.536,00	3.635,02	3.736,79	3.841,42	3.948,98	4.059,56	4.173,22
505	4.290,06	4.410,20	4.533,67	4.660,62	4.791,12	4.925,27	5.063,18	5.204,94	5.350,69

2.1.7. Estatísticas da Educação Básica na Rede Municipal

O Caderno Estatístico do município de Curitiba, de junho de 2009, organizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e social – IPARDES - apresenta alguns dados referentes à Educação do município. O corpo docente compreende um total de 22.095 funcionários, sendo: 1.824 pessoas trabalhando no Ensino Pré-escolar, 13.884 pessoas no Ensino Fundamental, e 6.387 pessoas no Ensino Médio.

Destes 1.824 profissionais que trabalham no Ensino Pré-escolar, 8 deles são da rede Federal; 42 pessoas da rede Estadual; 569 pessoas da rede Municipal; e 1205 profissionais da rede Particular de ensino. Os 13.884 funcionários de Ensino Fundamental compreendem 5.263 profissionais na rede Estadual; 5.960 pessoas na rede Municipal; e 2.661 pessoas na rede Particular. Já os 6.387 docentes de Ensino Médio, 236 profissionais fazem parte da rede Federal; 3.751 pessoas da rede Estadual; e 2.400 funcionários da rede Particular de Ensino.

Quanto aos estabelecimentos de ensino, o município tem 1.110 instituições, divididas em: 507 de Ensino Pré-escolar, 425 escolas de Ensino Fundamental e 178 instituições de Ensino Médio. Das 507 instituições de Ensino Pré-escolar, 1 delas é da rede Federal; 11 estabelecimentos da rede Estadual; 218 instituições da rede Municipal; e 277 da rede Particular. Os 425 estabelecimentos de Ensino Fundamental compreendem 151 escolas da

rede Estadual; 165 instituições da rede Municipal; e 109 escolas da rede Particular. Logo, as 178 instituições de Ensino Médio contem 2 escolas da rede Federal; 106 da rede Estadual; e 70 da rede particular de Ensino.

Segundo os dados do PAR-Curitiba 2009 a taxa de escolarização líquida dos alunos do ensino fundamental é de 92,3. No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB os alunos das séries iniciais do ensino fundamental da rede municipal e estadual alcançaram a nota 5,1 em 2007 e pretendem alcançar a 6,7 em 2021. Os alunos das séries finais do ensino fundamental da rede municipal alcançaram a nota 4,2 em 2007 e pretendem alcançar a 6,1 em 2021. Já os alunos da rede estadual alcançaram a nota 4,1 em 2007 e pretendem alcançar a 5,6 em 2021.

No que tange as Funções Docentes por Zona e Formação - Rede Municipal 2007 do número total de 5.397 professores que atendem a Educação Básica, apenas 0,55% possuem Normal Médio, 0,39% possuem Ensino Médio, 96,2% possuem Licenciatura e 2,8% possuem Graduação.

TABELA 3: Dados do município de Curitiba

Matrículas Rede Federal		
Ensino Fundamental	477	
Ensino Médio	794	
Pré-escolar	107	
Total		1.378
Matrículas Rede Estadual		
Ensino Fundamental	105.455	
Ensino Médio	60.982	
Pré-escolar	408	
Total		166.845
Matrículas Rede Municipal		
Ensino Fundamental	84.216	
Pré-escolar	14.532	
Total		98.748
Matrículas Rede Particular		
Ensino Fundamental	36.115	
Ensino Médio	16.603	
Pré-escolar	17.448	
Total		70.166
Total de Escolas		
Ensino Fundamental	425	
Ensino Médio	178	
Pré-escolar	507	
Total		1.110
Docentes		
Ensino Fundamental	13.884	
Ensino Médio	6.387	
Pré-escolar	1.824	
Total		22.095

FONTE: IPARDES, 2009

NOTA1: Escolas - uma escola pode atender mais de um grau / modalidade de ensino.

NOTA2: Docentes - um docente pode lecionar em mais de um grau / modalidade de ensino

2.2. ALMIRANTE TAMANDARÉ

2.2.1. Caracterização do Município

O ouro e sua exploração estão relacionados ao desenvolvimento deste Município, que foi desmembrado de Colombo, em 10 de outubro de 1947. Em 24 de março de 1956 houve a reintegração de seu antigo e tradicional nome de Almirante Tamandaré através da Lei Estadual nº 2.644. Situado a Sudeste do Estado Paranaense, pertence à Região Metropolitana de Curitiba. Entre seus potenciais, encontra-se a atividade extrativa mineradora, com cerca de 20 indústrias de cal e calcário situadas junto à Rodovia dos Minérios. Possui, também, duas fontes produtoras de água mineral que são engarrafadas e comercializadas.

Os primeiros habitantes foram os índios Tingüis. Em 1680 o Capitão Salvador Jorge Velho fez "Descoberto da Conceição" (lavra de ouro) no Distrito de Campo Magro. A primeira denominação que se deu ao lugar foi Nossa Senhora da Conceição do Cercado. Com este nome o povoado foi elevado à categoria de Freguesia em 10 de maio de 1873, através da Lei nº 438. Em pouco tempo ganhava a distinção de vila pela Lei Provincial nº 957, de 28 de outubro de 1889, ano primeiro da República brasileira, tendo sido o último município criado no Paraná ainda em tempos de Império. Em 09 de janeiro de 1890 recebe a denominação atual, uma homenagem ao Almirante Marquês de Tamandaré.

Do início da década de trinta até meados de 1956, Almirante Tamandaré passou por conturbado período político-administrativo. O Decreto Estadual nº 1702 de 14 de julho de 1932 suprimiu a Vila de Tamandaré que passou a fazer parte do município de Rio Branco do Sul, sendo restaurado posteriormente, mas na divisão administrativa de 31 de dezembro de 1937, Almirante Tamandaré pertencia ao Termo e Comarca de Curitiba.

O golpe mais duro na história tamandarense foi à extinção do município através do Decreto Lei nº 7573, de 20 de dezembro de 1938, sendo o seu território integrado ao de Curitiba, com a mudança de nome, passou a se chamar Timoneira, e alguns anos mais tarde integrava o município de Colombo. Somente em 24 de março de 1956, através da Lei nº 2644, sancionada pelo governador Moysés Lupion, a localidade voltou à condição de município, tendo restaurado, a sua antiga denominação de Almirante Tamandaré.

2.2.2. Política Educacional em Almirante Tamandaré

Em meados de agosto de 2008, a equipe pedagógica de Almirante Tamandaré reuniu-se com as professoras da rede municipal para que apontassem as prioridades para a melhora da qualidade em seus estabelecimentos de ensino, na qual as angústias e anseios por eles foram levantadas, ressaltando ainda mais a necessidade da mudança.

A partir dessa reunião, o projeto de cessação das classes multisseriadas foi apresentado no final do ano de 2008 com o objetivo de priorizar a educação pública com qualidade e igualdade, pois verificou-se que o trabalho com um único professor para mais de uma série/ano em única sala não alcançava os resultados esperados.

A política educacional desta proposta, portanto, tinha por meta oportunizar melhorias de estrutura organizacional nas escolas do campo e nas escolas de pequeno porte que mantêm classes multisseriadas, através da centralização de pequenos pólos e remanejamento dos alunos para as escolas urbanas próximas as suas regiões, visando à melhoria da qualidade do ensino e ampliação do diálogo e interação entre os docentes, buscando a troca de experiências nos grupos de estudos, hora atividade para planejamento das aulas e conselho de classe.

Este projeto também favoreceu o intercâmbio e as interações de experiências e conhecimentos, com a permanência de alunos em turmas unisseriadas.

A educação infantil no município será tratada a partir dos dados atuais levantados. Os Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs atendem crianças de 0 a 3 anos (creche) em período integral e crianças de 4 a 5 anos (pré-escola) em meio período, neste ano o total de crianças atendidas é de 1.995, como segue descrito na tabela abaixo. Em 2009 as turmas de jardim II funcionaram somente em meio período. Outra forma de atendimento é a “Colônia de Férias” (CMEI) com atividades recreativas e desportivas elaboradas e desenvolvidas pela equipe de Esporte, Cultura e Lazer, atendendo no ano de 2009, 185 crianças.

Segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município do ano de 2009, foram computadas 1.995 matrículas nos Centros Infantis, sendo 158 crianças no berçário; 123 no maternal I; 322 no maternal II; 408 no jardim I; e 984 crianças no Jardim II.

Na área de Educação Especial a Secretaria de Educação do Município apresenta um histórico fundamental para a percepção do atendimento as crianças. Como segue as palavras do documento

[...] o atendimento educacional especializado em nosso município, iniciou-se no ano de 1992, na Escola Municipal Tanguá, hoje denominada Escola Municipal Professora Clair do Rocio Sandri, situada neste mesmo bairro. Atendendo oito alunos de Classe Especial. [...] Com a crescente demanda e procura do atendimento especializado, no ano de 1995 foi inaugurada a Escola Especial Professora Roza Bini de Oliveira. [...] Mais tarde, no ano de 1998 surge a primeira Sala de Recursos, no CAIC, hoje denominada Escola Municipal Arco-íris, atendendo alunos já avaliados pela primeira dupla avaliadora formada pelo município, com diagnóstico de Dificuldades de Aprendizagem. [...] Com vista à Nova política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, nosso município no ano de 2008, construiu junto com os professores especialistas da área o Currículo adaptado o qual orientará o trabalho do professor caso este tenha em sua sala de aula um aluno de inclusão (ALMIRANTE TAMANDARÉ,, 2009, p. 01).

Segundo o documento acima citado, o atendimento prestado no Centro de Atendimento especializado na Área de Deficiência Visual - CAEDV é voltado para Educação Infantil Especializada, Apoio a escolaridade (a partir de 7 anos) e Atividades Complementares: Orientação e Mobilidade, Atividades de vida autônoma e social (AVAS), Sistema Braille, Soroban, Estimulação Visual e Atendimento Educacional Itinerante. Salientam a forma como é realizado o trabalho pelo professor especialista do Centro. A ele é indicado que realize reuniões periódicas com a escola e o professor da classe comum para orientações quanto: as formas de comunicação/interação com os alunos cegos e baixa visão, a utilização de estratégias metodológicas alternativas que viabilizem o acesso ao conhecimento por meio de experiências dos demais sentidos (tato, audição, olfato, gustação) e indiquem ao professor do ensino regular critérios de avaliação coerentes com a necessidade do aluno com deficiência visual (ALMIRANTE TAMANDARÉ, 2009, p.10-11).

A Sala de Recursos é um serviço de apoio especializado destinado aos alunos do Ensino Fundamental de 9 anos que apresentam dificuldades em seu processo de aprendizagem, de natureza pedagógica. Esse apoio complementa o atendimento educacional das classes comuns.

O ingresso desses alunos a Sala de Recursos ocorre mediante Avaliações Diagnósticas Psico-Educacionais realizadas por profissionais especializados na área. Tal atendimento é realizado por professores especializados em Educação Especial, em espaço físico adequado, onde o atendimento pedagógico é específico e se dá individualmente ou em pequenos grupos, com cronograma de atendimentos elaborado pela professora especialista junto a equipe pedagógica da escola, sendo este pautado no nível de conhecimento do aluno, atendendo suas

necessidades individuais, tendo como objetivo o progresso global dos alunos que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem.

Os atendimentos na Sala de Recursos não deve ser confundido com o reforço escolar, com repetições dos conteúdos da prática pedagógica da sala comum. (ALMIRANTE TAMANDARÉ, 2009, p.04).

2.2.3. Atendimento à Educação Básica

A Secretaria Municipal de Educação de Almirante Tamandaré é responsável pela oferta de Educação Infantil, Ensino fundamental até o 4º ano, programas para oferta de ensino fundamental a Jovens e Adultos (EJA, Paraná Alfabetizado, Exame de Suplência e PROJOVEM). Para a garantia do ensino regular obrigatório são ofertadas vagas em Escolas Municipais próximas a residência dos estudantes e, quando isto não é possível, é assegurado transporte escolar.

O Programa de Inclusão se realiza de forma gradativa por meio da capacitação de professores, adequação da estrutura escolar com salas de recurso equipadas e adaptação curricular (em fase de elaboração nas Diretrizes Curriculares Municipais).

O Município ainda garante acesso ao Centro de atendimento ao Deficiente Auditivo (DA) e Deficiente Visual (DV) e no Centro Psicossocial do município (com atendimento psicológico, psiquiátrico, neurológico, pediátrico e fonoaudiológico) quando os estudantes apresentam déficit de aprendizagem. O encaminhamento ao Centro Psicossocial é realizado diretamente pelas escolas municipais e pela psicóloga da Secretaria quando se trata dos CMEIs.

2.2.4. Organização Administrativa

O município de Almirante Tamandaré estabelece parceria com o Ministério da Educação por meio do Termo de Cooperação Técnica. O objetivo deste termo é unir esforços para promover ações e atividades que contribuam para o desenvolvimento educacional do município e, assim, melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Sendo assim, para executar o Termo de Cooperação Técnica, o MEC indicou as seguintes unidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a Secretaria de Educação Especial - SEESP, a Secretaria de Educação a Distância - SEED, a Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade - SECAD, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e a Secretaria de Educação Básica - SEB.

2.2.5. Política Funcional da Rede Municipal de Ensino

Na Gestão da Política Pública do município no período compreendido entre 2005-2009 cabe destacar os documentos que se referem a política funcional. Dentre as quais destacamos: Proposta do Estatuto e Plano de Cargos e Salários do Magistério, realizado a partir de amplo processo democrático com debates em audiências públicas e sua aprovação sob a Lei complementar 006/2006 e Desenvolvimento de uma Política de Formação Continuada com realização de palestras, grupos de estudos e oferta de bolsas de estudo em cursos de pós-graduação para os servidores públicos da educação.

A Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré está em conformidade com a LDB n.9394/96 e sancionou o Plano Municipal de Educação em 2005, remunerando o quadro de professores de acordo com a habilitação: dessa forma, o professor com licenciatura plena e uma carga horária de 22 horas recebe um salário mensal de R\$852,33, com licenciatura curta e a mesma carga horária um salário de R\$639,25 e o não licenciado pela mesma carga horária recebe R\$568,21 (ALMIRANTE TAMANDARÉ, 2005).

2.2.6. Estáticas da Educação Básica na Rede Municipal

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Almirante Tamandaré, de maio de 2009, o corpo docente que atua nos Centros Municipais de Educação Infantil-CMEIs compreende um total de 212 funcionários, sendo: 92 Educadoras Infantis, 12 professoras, 23 Atendentes Infantis, e 85 Estagiárias.

Quanto aos estabelecimentos de ensino, o município administra 16 Centros Municipais de Educação Infantil e 39 Escolas Municipais que atendem alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, totalizando no Ensino Fundamental I 10.064 alunos e 582 professores. O atendimento ao EJA ocorre em 11 escolas conveniadas, com 37 professores e um total de 310 alunos.

TABELA 4: Dados do município de Almirante Tamandaré

DADOS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ		
Matrículas Rede Estadual		
Ensino Médio	3.486	
Ensino Fundamental	7.795	
Total		11.281
Matrículas Rede Municipal		
Ensino Fundamental	9.466	
Pré-escolar	671	
Creche	449	
Total		10.606
Matrículas Rede Particular		
Ensino Médio	17	
Ensino Fundamental	727	
Pré-escolar	97	
Creche	116	
Total		937
Total de Escolas		
Ensino Médio	11	
Ensino Fundamental	62	
Pré-escolar	17	
Creche	18	
Total		108
Docentes		
Ensino Médio	191	
Ensino Fundamental	696	
Pré-escolar	58	
Total		945

FONTE: PARANÁ-IPARDES, 2010

NOTA1: Escolas - uma escola pode atender mais de um grau / modalidade de ensino.

NOTA2: Docentes - um docente pode lecionar em mais de um grau / modalidade de ensino.

NOTA3: Os dados foram produzidos em 2008 pela SEED-PR

2.3. ANDIRÁ

2.3.1. Caracterização do Município

A história do município de Andirá teve início em 1927 com a fundação do povoado chamado Ingá (fruta silvestre da região) nas terras de Bráulio Barbosa Ferraz, no momento em que a estrada de ferro da Rede Viação São Paulo-Paraná, estava prolongando-se para o estado do Paraná (Norte Pioneiro). Os primeiros colonizadores chegaram por volta de 1928 e foram se instalando aos redores da estação ferroviária. Andirá pertencia ao município de Cambará, como um Distrito Jurídico. Por meio do Decreto da Lei Estadual nº 347 de 30 de março de 1935, fora elevado à categoria de Vila.

A emancipação política aconteceu no dia 31 de dezembro de 1943, com o Decreto da Lei nº 199, assinado pelo interventor Manoel Ribas, desconectando-se a Vila da comarca de Cambará e fundando-se o município de Andirá. Atualmente, o município de Andirá tem como gestor o prefeito José Ronaldo Xavier (PTB) e a Secretária Municipal de Educação, Sirlei Maria de Freitas Aguiar. A população é de 21.664 habitantes, de acordo com os dados do IBGE de 2007.

A tabela 5 mostra a população de Andirá, segundo os gêneros (feminino e masculino) e faixa etária. O total de crianças e jovens até 19 anos é de 8.146, o que equivale a 37.6% da população.

Tabela 5 – Andirá: população segundo gênero e faixa etária – 2007

População	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	Mais de 30 anos	Total
Feminino	1.017	924	1.064	1.039	980	894	5.049	10.967
Masculino	960	1.025	923	1.194	1.049	733	4.813	10.697
Total	1.977	1.949	1.987	2.233	2.029	1.627	9.862	21.664

Fonte: IBGE - Contagem 2007

2.3.2. Política Educacional em Andirá

Nessa fase da pesquisa foi possível realizar duas visitas in loco em Andirá para obtenção de documentos sobre a política educacional no município. Vale ressaltar que o PAR do município não se encontra disponibilizado no site do MEC.

O município dispõe de algumas leis que regulamentam a Educação. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Andirá tem como responsabilidade o cumprimento, o monitoramento da execução e a avaliação da Lei nº 1.511, de 29 de Dezembro de 2004, dispõe sobre o Plano Plurianual de Educação do Município, com duração até Dezembro de 2010, em cumprimento com a Lei Federal nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001.

Segundo o Decreto nº 4.572, de 17 de agosto de 2006, renovam a constituição da comissão para o Conselho Municipal de Educação, que tem como finalidade responder pela Política Municipal de Educação. A Comissão constitui-se de 13 (treze) membros, sendo eles representantes do Poder Público Municipal, professores, diretores, pais de alunos e servidores da Rede Pública de Educação.

A lei que diz respeito ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar, nº 5.246 de Março de 2008, altera a constituição dos membros participantes, constituindo-se de representantes das esferas do Poder Executivo, Legislativo, professores, pais de alunos e Sociedade Civil.

A Emenda da Lei Orgânica Municipal nº 13, de 15 de abril de 2008, enseja algumas alterações da Lei Orgânica do Município de Andirá, adequando-se às emendas constitucionais publicadas até 20 de Dezembro de 2007. Assim, atentando-se ao objeto de estudo que é a Educação Básica, trataremos das disposições contidas na referente Lei. Nos artigos 6º; 149, incisos I, IV, VII e 151 tratam da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Um dos objetivos da LOM é a garantia do acesso de todos a educação infantil e ensino fundamental.

2.3.3. Atendimento à Educação Básica

De acordo com o IBGE, em 2003, o ensino fundamental era freqüentado por 3.231 alunos e, nesse mesmo nível, havia 209 docentes. Segundo dados do FUNDEPAR, em 2000, da população de 0 a 4 anos, 1.394 estavam matriculadas, e entre as crianças de 5 a 9 anos de idade, 1.857 estavam matriculados. Já as matrículas das creches na rede municipal de ensino chegavam a 435 alunos e na pré-escola a 306. A rede particular de ensino atendia 45 alunos em creches.

O corpo docente vinculado à educação pré-escolar, em 2000, era de 47 professores, 33 vinculados a rede municipal de ensino e 14 a rede particular de ensino. Os estabelecimentos

de ensino que atenderam as crianças nesta faixa etária foram em número de sete, sendo seis vinculados ao município e um em instituição privada, segundo dados do MEC/INEP.

Os dados de 2009 oferecidos pela Secretaria do Município demonstram que existiam seis Centros de Educação Infantil: Francisco Tozzi, Menino Jesus, Santo Antonio, Nossa Senhora Aparecida, Cantinho Feliz e Nazira Abib. As escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental também compreendem seis instituições, sendo elas: Ana Nery, Arco-Íris, Criança Feliz, Michel Kairalla, Santa Inês e Pingo de Gente. As matrículas dos Centros de Educação Infantil perfazem o total de 417. As monitoras são 24 e as estagiárias em número de 21.

Nas escolas municipais o número de alunos é de 2.003 alunos, divididos em 91 turmas. Os profissionais dos magistérios são assim divididos: 07 na Direção, 09 na Supervisão e na Orientação, 93 Professores Regentes, 39 Professores Auxiliares, 11 Professores de Educação Física, 05 Professores de Artes e 03 Professores de contra turno.

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município (ANDIRÁ, 2009), os centros municipais de Ensino atendem 417 crianças, e para isso, contam com o apoio de 67 funcionários. O tipo de escolaridade dos funcionários dos centros de Ensino são as mais diversas, como: há 01 não alfabetizado, 04 não concluíram o ensino fundamental, 03 concluíram este nível de ensino, 01 com o supletivo em nível de ensino fundamental, 01 com o ensino médio completo e 03 com o supletivo nesse nível; 17 concluíram o ensino médio, 05 estão cursando o magistério e 15 já o concluiu; 04 tem o normal superior, 05 são graduados em Pedagogia e 04 estão cursando, 02 possuem outra licenciatura e 01 está cursando; e por fim, 01 é pós-graduado.

Já os dados do IBGE de 2007, trazem as informações referentes a toda rede de Educação Básica, divulgando os números dos docentes das escolas, com um total de 97 funcionários, assim, podemos notar que o grau de escolaridade consiste em: 29 com normal em ensino médio, 01 com ensino médio, 06 graduados e 61 com licenciatura, porém, não apresentam que tipo de graduação e licenciatura cursados em específico.

2.3.4. Organização Administrativa

O município de Andirá ao assinar o Termo de Cooperação Técnica com o MEC busca a promoção de ações e atividades que contribuam para o processo de desenvolvimento educacional, visando a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Para isto foi estabelecida parcerias que o possibilitarão, dentre as quais podemos citar: o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a Secretaria de Educação Especial - SEESP, a Secretaria de Educação a Distância - SEED, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e a Secretaria de Educação Básica - SEB.

2.3.5. Política Funcional da Rede Municipal de Ensino

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público de Educação Básica foi aprovado no dia 04 de novembro do ano de 2008, por meio da Lei nº 1.857. Nele é possível encontrar elementos que demonstrem os direitos, fins e deveres dos docentes.

O objetivo do diploma legal citado acima, de acordo com art. 2º, diz respeito a garantia de promoção do bem-estar e das condições de trabalho por meio da “valorização, o desenvolvimento na carreira e o aperfeiçoamento continuado dos profissionais da Educação” (LEI nº 1.857/08, 2008, p. 1).

Conforme disposto no art. 16, o Magistério é composto pelos seguintes cargos: Educador Infantil, Professor, Professor de Educação Física, Professor de Artes e Pedagogo.

Ainda referindo-se ao art. 16, § 1º: “ Os níveis para os Cargos de educador e professor estão subdivididos de I a VI” (LEI nº 1.857/08, 2008, p. 4), que pode ser observado a seguir:

- Nível I: Formação em Magistério e curso normal médio, avanço nos níveis: II, III, IV, V e VI;
- Nível II: Formação em Nível Médio ou curso adicional, avanço nos níveis: III, IV, V e VI;
- Nível III: Formação em Nível Médio ou Licenciatura curta, avanço nos níveis: IV, V e VI;
- Nível IV: Curso Normal Superior (Licenciatura Plena em Educação), avanço nos níveis: V e VI;
- Nível V: Pós Graduação (nível Lato Sensu), avanço no nível VI;
- Nível VI: Mestrado (Stricto Sensu).

Referindo-se ao cargo de Pedagogo, segundo a mesma Lei, é subdividido em três níveis de formação, sendo eles:

- Nível I: Graduação Plena em Pedagogia, avanço nos níveis II e III;
- Nível II: Pós Graduação (nível Lato Sensu), avanço no nível III;
- Nível III: Mestrado (Stricto Sensu).

É interessante destacar que a Lei nº 2.032 de 22 de Dezembro de 2009, altera a Lei Municipal nº 1.857/2008, referida anteriormente, com o intuito de adequar o piso salarial dos professores aos patamares estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 53/06, regulamentada pela Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008. Nesse documento, consta um anexo com os dados sobre os vencimentos básicos e a progressão do nível salarial citado anteriormente para os profissionais da Educação Infantil, Pedagogos, Professores de Artes e de Educação Física.

TABELA 6:
VENCIMENTOS
(VALORES EM REAIS R\$ - LEI Nº 2.032/2009)

EDUCADOR INFANTIL															
NÍVEL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
I	1.132,40	1.177,70	1.224,80	1.273,80	1.324,75	1.377,74	1.432,85	1.490,16	1.549,77	1.611,76	1.676,23	1.743,28	1.813,01	1.885,53	1.960,95
II	1.166,37	1.213,03	1.261,55	1.312,01	1.364,49	1.419,07	1.475,83	1.534,87	1.596,26	1.660,11	1.726,52	1.795,58	1.867,40	1.942,10	2.019,78
III	1.200,34	1.248,36	1.298,29	1.350,22	1.404,23	1.460,40	1.518,82	1.579,57	1.642,75	1.708,46	1.776,80	1.847,87	1.921,79	1.998,66	2.078,61
IV	1.302,26	1.354,35	1.408,52	1.464,87	1.523,46	1.584,40	1.647,77	1.713,69	1.782,23	1.853,52	1.927,66	2.004,77	2.084,96	2.168,36	2.255,09
V	1.432,49	1.489,79	1.549,38	1.611,35	1.675,81	1.742,84	1.812,55	1.885,05	1.960,46	2.038,87	2.120,43	2.205,25	2.293,46	2.385,19	2.480,60
VI	1.718,98	1.787,74	1.859,25	1.933,62	2.010,97	2.091,41	2.175,06	2.262,06	2.352,55	2.446,65	2.544,52	2.646,30	2.752,15	2.862,23	2.976,72

Fonte: Andirá (2009)

TABELA 7:
VENCIMENTOS
(VALORES EM REAIS R\$ - LEI Nº 2.032/2009)

PEDAGOGO/ARTES E EDUCAÇÃO FÍSICA															
NÍVEL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
I	651,13	677,18	704,26	732,43	761,73	792,20	823,89	856,84	891,12	926,76	963,83	1.002,38	1.042,48	1.084,18	1.127,55
II	716,24	744,89	774,69	805,68	837,90	871,42	906,28	942,53	980,23	1.019,44	1.060,21	1.102,62	1.146,73	1.192,60	1.240,30
III	859,49	893,87	929,63	966,81	1.005,48	1.045,70	1.087,53	1.131,03	1.176,27	1.223,32	1.272,26	1.323,15	1.376,07	1.431,12	1.488,36

Fonte: Andirá (2009)

2.3.6. Estatística da Educação Básica na Rede Municipal

Os dados que serão descritos a seguir, foram retirados do PAR Andirá 2009. Assim, o município possui apenas 01 escola rural, e a taxa de escolarização líquida do ensino fundamental (7 a 14 anos) é de 90,4% e do ensino médio (15 a 17 anos) de 45,2%.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os alunos da rede municipal de ensino dos anos iniciais do ensino fundamental, obtiveram em 2005, 4,2% e em 2007, 4,9%, as metas para o ano de 2007 seriam de 4,2% e para 2021 é de 6,3%.

Já os alunos da rede estadual de ensino dos anos finais do ensino fundamental, obtiveram em 2005, 3% e em 2007, 4%, as metas para o ano de 2007 seriam de 3,1% e para 2021 é de 5,1%.

TABELA 8: Dados do município de Andirá

DADOS DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ		
Matrículas Rede Estadual		
Ensino Fundamental	1423	
Ensino Médio	825	
Total		2.248
Matrículas Rede Municipal		
Ensino Fundamental	1.509	
Pré-escolar	741	
Total		1.250
Matrículas Rede Particular		
Ensino Fundamental	117	
Pré-escolar	46	
Total		163
Total de Escolas		
Ensino Fundamental	11	
Ensino Médio	3	
Pré-escolar	7	
Total		21
Docentes		
Ensino Fundamental	205	
Ensino Médio	84	
Pré-escolar	47	
Total		336

FONTE: IPARDES, 2009

NOTA1: Escolas - uma escola pode atender mais de um grau / modalidade de ensino.

NOTA2: Docentes - um docente pode lecionar em mais de um grau / modalidade de ensino.

2.4. JAGUARIAÍVA

2.4.1. Caracterização do Município

Jaguariaíva localiza-se às margens do rio Jaguariaíva, um dos pontos de repouso dos tropeiros (AXT, 2009). Em 2007, Jaguariaíva contava com uma população de 31.865 habitantes e uma estimativa para 2008 de 33.041 habitantes (PARANÁ, 2009a). O prefeito eleito em 2008, para a gestão do município de 2009/2012, é Otélio Renato Baroni.

Alguns autores divergem quanto à origem do nome Jaguariaíva, se é de origem Tupi ou Guarani. João Carlos Vicente Ferreira, no Livro Municípios Paranaenses – origens e significados de seus nomes, fornece definições que, basicamente, resultam nas expressões: rio do cachorro ruim ou louco; ou rio da lontra brava, rio da onça ruim.

As primeiras explorações na região atualmente de Jaguariaíva ocorreram ainda no século XVII, quando os tropeiros de gado passavam na região utilizando o Caminho de Sorocaba, que ligava Viamão, no Rio Grande do Sul, à Sorocaba, em São Paulo (HISTÓRIA, 2009). O primeiro registro de posse de terra da região foi realizado em 1726 e aos poucos a região foi sendo ocupada por fazendas de gado (LYRA, 2006). A Fazenda Jaguariaíva, propriedade que deu origem ao município, foi comprada pelo Coronel Luciano Carneiro Lobo no ano de 1795 (FERREIRA, 2006). Em 15 de setembro de 1823, com o desenvolvimento de um povoado e a formação de um centro de comércio à beira da estrada, a Fazenda Jaguariaíva foi elevada à categoria de Freguesia (LYRA, 2006).

Jaguariaíva foi elevada a categoria de Vila, pela lei Provincial nº423, em 24 de abril de 1875; elevada à categoria de Município em 21 de maio de 1892; e elevada à categoria de Cidade no dia 05 de maio de 1908 (JAGUARIAÍVA, 2009a). Em 1912 teve início a construção de uma ferrovia que ligava Jaguariaíva à Jacarezinho, autorizada pelo decreto 3.947 de 07 de março de 1901. Entretanto, a falta de interesse do Governo Federal, influenciado por São Paulo, fez com que a ferrovia de 152 km levasse 12 anos para ser construída, sendo concluída somente em 1930 e conhecida como ferrovia dos desmaios (WACHOWICZ, 1987).

A estação ferroviária de Jaguariaíva foi inaugurada em 1935 dividindo a cidade em duas partes, a chamada cidade alta, constituída a partir da Fazenda Jaguariaíva da família Lobo, e a cidade baixa, formada a partir da construção da ferrovia (LYRA, 2006). A Estação Ferroviária de Jaguariaíva também foi tombada como patrimônio histórico em 10 de outubro de 2000, pelo Processo nº004/98, Inscrição nº134 do Livro do Tombo histórico.

Jaguariaíva teve um forte surto de desenvolvimento no início do século XX, antes mesmo da inauguração da ferrovia (JAGUARIAÍVA, 2009a). Com a implantação da estrada de ferro, muitas indústrias se instalaram em Jaguariaíva, como as indústrias Matarazzo (LYRA, 2006). A empresa paulista do Conde Francisco Matarazzo instalou um grande frigorífico iniciando suas atividades em 1924. O frigorífico recebia porcos de Siqueira Campos, Joaquim Távora, Curiúva, Ibaiti, Maringá, Londrina, Campo Mourão, Apucarana e outras cidades do norte do Paraná (WACHOWICZ, 1987).

Jaguariaíva tornou-se pólo madeireiro a partir de 1960, quando o governo federal passou a abater impostos a quem plantasse pinus, pois o solo da região não é apropriado para agricultura (MEDRONI, 200-).

Atualmente, de acordo com os dados do Caderno estatístico do município de Jaguariaíva do IPARDES⁹ de 2009, a cidade possui uma área territorial de 1.456,401 km². Jaguariaíva está localizada à 228,75 km da capital, na mesorregião Centro-Oriental do Estado, que abrange mais 13 cidades, e compõe a região dos Campos Gerais (AXT, 2009). Alguns autores afirmam que Jaguariaíva faz parte do Norte Pioneiro. A Secretária de Educação, Cultura e Esporte de Jaguariaíva, em entrevista no dia 10 de julho de 2009, informou que o município participa em duas associações: AMUNORP (Associação dos Municípios do Norte Pioneiro) e AMCG (Associação dos Municípios dos Campos Gerais). O professor José Axt (2009) afirma que a expressão “pertence ao Norte Pioneiro” contesta a história e tradição do município. O município faz limites com São José da Boa Vista ao Norte; Dr. Ulysses ao Sul; Sengés a Sudeste, Leste e Nordeste; Pirai do Sul à Sudoeste e Oeste; Arapoti à Noroeste.

2.4.2. Política Educacional em Jaguariaíva

Jaguariaíva passa por uma reestruturação educacional e, por esse motivo, a Secretária de Educação do município não disponibilizou todos os documentos necessários para a realização da pesquisa, afirmando que as políticas existentes estão apenas no papel e estão sendo reformuladas. A Secretária se comprometeu a enviar os documentos referentes aos programas e políticas públicas criadas no atual governo da prefeitura municipal, mas, infelizmente, não houve o retorno.

Os documentos disponibilizados pela Secretária foram: relação de alunos por escola, relação de docentes do município e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério

⁹ IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Público Municipal de Jaguariaíva. O último data de 2004. Além destes documentos, foram utilizados a Lei Orgânica Municipal, disponível no site oficial do município; e o PAR, disponível no site do Ministério da Educação (MEC).

A garantia do acesso de todos à educação pré-escolar e ao ensino fundamental é um dos objetivos fundamentais do município segundo a Lei Orgânica Municipal em vigência, que data de 2002. No tocante à educação básica, é a Seção III, da Lei Orgânica Municipal, que dispõe os direitos e deveres do Município.

O Município de Jaguariaíva elaborou o seu Plano de Ações Articuladas (PAR) a partir da realização de um diagnóstico da realidade educacional do Município abrangendo as seguintes dimensões: Gestão Educacional, Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, Práticas Pedagógicas e Avaliação e, por fim, Infra-estrutura Física e Recursos Pedagógicos. As dimensões são ainda subdivididas em áreas de atuação (BRASIL, 2009).

O diagnóstico quanto à dimensão Gestão Educacional, pôde-se constatar que existem os Conselhos Escolares (CE) no Município de Jaguariaíva, porém eles não são atuantes. Há a necessidade de implantação de mais unidades dos CE e incentivar a atuação nas escolas dos CE que já existem. Além disso, não existe o Conselho Municipal de Educação (CME), que deve ser implantado. Na época da confecção do PAR, ainda não existia uma Secretaria Municipal de Educação (SME), mas, sim, um Departamento Municipal de Educação (DME). Quanto aos critérios para escolha da Direção Escolar, existem, mas não são cumpridos. A Secretária de Educação, Cultura e Esporte de Jaguariaíva informou que a escolha é feita por indicação da Secretaria. É preciso fazer cumprir as regras para eleição de diretor, fundamentado nos princípios democráticos. O município deve, também, elaborar e implantar o Plano Municipal de Educação, que ainda não existe. Há um Plano de Carreira do Magistério, como foi mencionado anteriormente, mas o mesmo não é cumprido na íntegra. Neste sentido, faz-se necessário uma reestruturação e implantação do mesmo, além disso, fazer a revisão das regras do estágio probatório que não são cumpridas no município e, ainda, elaborar e implantar o Plano de Carreira dos Profissionais de serviço e apoio escolar (BRASIL, 2009).

Na área de desenvolvimento da Educação Básica constata-se a necessidade de expansão das atividades de contra-turno em todas as escolas. Segundo o PAR de Jaguariaíva o acesso às informações e resultados das avaliações oficiais do MEC precisa ser facilitado de modo que se possa atender as necessidades e melhorias para a educação (BRASIL, 2009).

A área de Comunicação com a Sociedade também necessita melhoramentos. Jaguariaíva não possui parceiros externos para a execução/adoção de metodologias específicas. As áreas públicas de lazer que já existem no município precisam ser ampliadas e recuperadas, além de haver a necessidade de se criar novas áreas e elaborar um plano de incentivo e de divulgação das possibilidades de uso pela comunidade (BRASIL, 2009).

O que se observa na área de Gestão de Finanças é que o acesso às informações financeiras é restrito e isso dificulta a fiscalização. Além disso, a omissão de informações dificulta e compromete o trabalho do Conselho do FUNDEB que é atuante, porém com ressalvas. É preciso implantar um planejamento democrático da aplicação dos recursos do FUNDEB (BRASIL, 2009).

O diagnóstico feito da dimensão Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar verifica-se a inexistência de políticas de formação continuada em todas as áreas de atuação. Na área de Formação Continuada de Professores que atuam na Educação Infantil faz-se necessária a implantação de cursos de formação continuada aos professores que atuam em creches e pré-escolas. Necessita-se, também, de políticas de formação continuada para os professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental com o objetivo de melhorar a qualidade de aprendizagem. Na área de Formação de Professores da Educação Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas há a necessidade de formação e habilitação específica para os professores que atuarão nessas áreas.

Quanto à área de Formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, os cursos de formação continuada são necessários para que haja o cumprimento da Lei 10.639/03. Na área Formação de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar é preciso incentivar e promover a participação destes profissionais nos programas de formação inicial e continuada (BRASIL, 2009).

No diagnóstico da dimensão Práticas Pedagógicas e Avaliação pôde-se constatar quanto à área Elaboração e Organização das práticas pedagógicas que existem poucos estímulos às práticas pedagógicas até porque o município de Jaguariaíva não possui cinema, museus. É preciso oportunizar novas condições e promover a execução de práticas pedagógicas. Observa-se, também, que não são todas as escolas que contam com programas de incentivo a leitura e, por isso, é preciso ampliar os projetos e programas existentes para que o apoio chegue, inclusive, nas escolas do campo (BRASIL, 2009).

O diagnóstico obtido da dimensão Infra-Esfraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, na área Instalações físicas gerais, revela que o Município de Jaguariaíva não possui biblioteca e laboratórios (informática e ciências), as quadras de esportes são inadequadas e estão sem manutenção, as cozinhas e refeitórios são inadequados, apenas três escolas possuem salas de aula com instalações físicas e mobiliário que atendem as necessidades dos educandos, mas nenhuma escolas possui condições de acesso para pessoas com deficiência física (BRASIL, 2009).

Não há possibilidade de atuação na área Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública, pois o Município não possui computadores ligados em rede mundial e, também, não possui salas específicas para a utilização de recursos audiovisuais. Essas salas devem ser adequadas e ter a segurança necessária para evitar que os materiais sejam roubados (BRASIL, 2009).

Quanto à área Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento das práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais o PAR revela a necessidade de elaboração de planos para aquisição de acervo bibliográfico e aquisição de materiais didáticos diversos, como mapas, jogos, dicionários, brinquedos, etc., para todas as escolas da rede pública. Além disso, faz-se necessário o incentivo à prática da confecção de materiais didáticos, que não se realiza no município (BRASIL, 2009).

Com o PAR, apesar das inúmeras constatações feitas, nota-se que algumas medidas já foram tomadas. Um exemplo disso é a extinção do DME e a criação da Secretaria Municipal de Educação (SME), e, segundo a Secretária de Educação, o incentivo à formação de professores.

2.4.3. Organização Administrativa

Para resolver os problemas diagnosticados e apresentados no PAR o Município de Jaguariaíva e o Ministério da Educação assinaram um Termo de Cooperação Técnica. O objetivo deste termo é unir esforços para promover ações e atividades que contribuam para o desenvolvimento educacional do município e, assim, melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Sendo assim, para executar o Termo de Cooperação Técnica, o MEC indicou as seguintes unidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a Secretaria de Educação Especial - SEESP, a Secretaria de Educação a Distância - SEED, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, a

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e a Secretaria de Educação Básica - SEB. O documento data de 30 de abril de 2008.

2.4.4. Política Funcional da Rede Municipal de Ensino

A Lei que dispõe sobre a reformulação do plano de cargos, carreira e remuneração do magistério público municipal de Jaguariaíva que está em vigência é a Lei Nº 1589/2004 assinada pelo Prefeito no dia 26 de março de 2004. De acordo com essa Lei, as atribuições do cargo de professor, entre outras atribuições, são: a Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental e Atividades de Suporte Pedagógico direta à docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A Lei Orgânica do Município também dispõe do Plano de Carreira do Servidor Público em geral, no Título IV DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, no Capítulo I e Capítulo V.

Entretanto, segundo dados do PAR (2009) faz-se necessário como demanda da rede municipal reestruturar e implementar o Plano de Carreira que existe e não é cumprido. O PAR ainda sugere que sejam feitas reuniões com a comunidade escolar e distribuição de boletins informativos para divulgar a ação solicitada.

2.4.5. Estatística da Educação Básica na Rede Municipal

Os dados educacionais, tendo como fonte o FUNDEPAR, demonstram que a educação básica possui 7800 alunos matriculados, divididos entre a rede estadual, 4035 alunos; municipal, 3196 alunos, e particular, 569 alunos (PARANÁ, 2009a)

Tabela 9: Matrículas na Educação Básica – 2007

MATRÍCULAS	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	FUNDAMENTAL	MÉDIO
Federal	-	-	-	-
Estadual	-	-	2.517	1.518
Municipal	154	505	2.537	-
Particular	71	77	351	70
TOTAL	225	582	5.405	1.588

FONTE: FUNDEPAR

Jaguariaíva faz parte do Núcleo Regional de Wenceslau Braz, dirigido pela Professora Giovanna Precoma e tem como Documentador Escolar o Sr. João Antonio Fernandes da Costa. Conta com 7 estabelecimentos de Ensino Estadual: Col. Est. Rodrigues Alves – EFMNP; Col. Est. Anita Canet – EFM; Col. Est. Nilo Peçanha – EFM; Col. Est. Padre José de Anchieta – EFM; Col. Est. Milton Sguário – EFM; Col. Est. Olavo Bilac – EF; e CEEBJA - Prof. Inácio A. S. Filho.

A rede municipal de educação de Jaguariaíva atende, em 2009, 3.243 alunos. O atendimento desses alunos é realizado em quatro Centros Municipais de Educação Infantil (179 alunos), 8 Escolas Municipais Rurais (322 alunos) e 10 Escolas Municipais Urbanas (2742 alunos).

A SMECE de Jaguariaíva disponibilizou, também, o número de docentes do município:

- Coordenadoras e diretoras: 20
- Ed Especial CE- SR- CAES- CAEDV: 06
- Prof Ed Inf V Escolas: 11
- Educação Infantil CMEIS: 34
- Professores do Município 1º ano: 29
- Professores do Município 2º ano: 39
- Professores do Município 3º ano: 14
- Professores 3ª série: 31
- Professores do Município 4ª série: 27
- Hora atividade e sala de apoio: 48

Em 2007, a grande maioria dos professores possuía Licenciatura ou Ensino Normal Médio. Poucos eram os profissionais com graduação. Estes dados não foram atualizados para 2009. Segundo a Secretária, quanto à ocupação do cargo de coordenador pedagógico, na gestão atual, todos os coordenadores devem ter formação em Pedagogia. De acordo com os dados retirados do PAR Jaguariaíva 2009, o número total de professores que atendem a educação básica é de 143, destes apenas 26,5% dos professores da rede municipal possuem Normal Médio, 4,9% possuem Graduação e 68,5% possuem Licenciatura.

Os dados levantados na visita ao município são importantes para a compreensão da situação atual dos municípios em relação a educação infantil. Segundo dados do IBGE, no ano de 2000, havia 2.563 crianças matriculadas na faixa etária de 0 a 4 anos, 3.281 matrículas, na faixa de 5 a 9 anos. De acordo com o MEC/INEP, no ano de 2006, os docentes vinculados a pré-escola eram no total 58, destes 32 pertencentes à rede municipal e 26 a rede particular de ensino. Segundo dados do FUNDEPAR, tendo por base o Caderno Estatístico Município de Jaguariaíva do IPARDES (2009), o número de matrículas na rede Municipal na creche, em 2007, era de 154, e na pré-escola de 505, Já na rede particular, em creches, era de 71 e na pré-escola de 77 alunos.

Quanto à Educação Especial, verifica-se pelo PAR que apenas algumas escolas oferecem atividades de assistência individual e coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem. Há a necessidade de adequação dos ambientes físicos e a contratação de recursos humanos, além de ofertar tempo para assistência individual/coletiva aos alunos (BRASIL, 2009).

Segundo os dados retirados do PAR Jaguariaíva 2009, a taxa de escolarização líquida para o ensino fundamental, até 14 anos, corresponde a 90,1. Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IBED), os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, atendidos pela rede municipal, alcançaram a nota 4,6 em 2007 e pretendem alcançar 5,8 até 2021. Já os alunos dos anos finais do ensino fundamental, atendidos pela rede estadual, alcançaram a nota 3,9 em 2007 e pretendem alcançar a nota 5,6 até 2021.

TABELA 10: Dados do município de Jaguariaíva

DADOS DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA		
Matrículas Rede Estadual		
Ensino Fundamental	2.517	
Ensino Médio	1.518	
Total		4.035
Matrículas Rede Municipal		
Ensino Fundamental	2.537	
Pré-escolar	659	
Total		3.196
Matrículas Rede Particular		
Ensino Fundamental	351	
Ensino Médio	70	
Pré-escolar	148	
Total		569
Total de Escolas		
Ensino Fundamental	27	
Ensino Médio	7	
Pré-escolar	16	
Total		50
Docentes		
Ensino Fundamental	354	
Ensino Médio	142	
Pré-escolar	58	
Total		554

FONTE: IPARDES, 2009

NOTA1: Escolas - uma escola pode atender mais de um grau / modalidade de ensino.

NOTA2: Docentes - um docente pode lecionar em mais de um grau / modalidade de ensino.

2.5. PATO BRANCO

2.5.1. Caracterização do Município

A colonização do Sudoeste do Paraná constituiu a última etapa da colonização do Estado. Realizada por gaúchos e catarinenses de origem ítalo-germânica, atraídos pela fertilidade dos solos dos vales do baixo-Iguaçu e do Piquiri, movimento que se intensificou a partir da formação do Território do Iguaçu, ao tempo do Estado Novo, de Getúlio Vargas. (TOURINHO, 1985, p.5)

No início do século XX, o sudoeste paranaense era considerado um imenso vazio demográfico. Sua população atingia apenas 3.000 habitantes. (Wachowicz, 1985, p.65). A partir desse período, resultado da revolução federalista (1893-1895), centenas de gaúchos e catarinenses vieram refugiar-se no Paraná. Até 1916, a fronteira do Paraná ia até o Rio Uruguai. Nesse ano, o Paraná perdia o oeste de Santa Catarina com a assinatura do acordo do Contestado.

De 1900 a 1920, a população do sudoeste do Paraná passou de 3.000 para 6.000 habitantes. Essa população era composta de: peões e agregados das fazendas à procura de terras, foragidos da justiça, posseiros refugiados da região do Contestado, argentinos e paraguaios em busca de erva-mate. (Wachowicz, 1985, p.69).

A presença de revolucionários da Coluna Prestes no sudoeste paranaense, em 1925, desestabilizou a incipiente colônia de Pato Branco. Muitos colonos fugiram, outros trocaram de lotes, advindo a desorganização da colônia. Permaneceram, então, por muitos anos seguidos, estagnados e/ou desorganizados os serviços de colonização da região. (Wachowicz, 1985, p.80)

Em 1918, o Governo do Estado do Paraná criou a Colônia Bom Retiro onde se instalou à sede junto ao Rio Pato Branco. Os lotes, demarcados pelo engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão, foram vendidos com pagamentos de dez prestações anuais, sendo fornecido o título definitivo após o pagamento. “Os trabalhos de medição e distribuição regular de áreas apresentavam-se morosos, não atendendo à demanda exigida pelo surto migratório. Isso fez com que muitas áreas fossem aleatoriamente ocupadas, descontrolando os serviços de agrimensura.” (VOLTOLINI, 2005, p.57).

O sistema de aquisição de propriedade que vigorava na região era o da posse. Os tamanhos dos terrenos podiam ser considerados pequenos. Essa é uma característica fundiária que permanece até hoje na região.

Nas décadas de 1930 e 1940, as posses ocupadas por caboclos começaram a ser paulatinamente vendidas para os colonos procedentes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os caboclos vendiam suas posses pela impossibilidade de convivência do seu sistema de produção com a agricultura intensiva praticada pelos colonos sulistas e pela insegurança da manutenção do controle de sua posse. (Wachowicz, 1985, p.85-6)

As décadas de 1950 e 1960 representaram um período de grande movimento migratório de gaúchos e catarinenses para a região sudoeste e oeste do Paraná

O desenvolvimento da região foi impulsionado, principalmente, em virtude da extração da madeira (pinheiros) e erva-mate, que favoreceu o comércio, a prestação de serviços, a oferta de mão-de-obra e a migração para Pato Branco.

Dentre as primeiras famílias que ocuparam a Colônia Bom Retiro, a de João Arruda “começou fazendo roça na margem esquerda do Rio Chopim junto ao barranco de um rio a que deu o nome de rio do pato branco, por ter nele abatido um pato selvagem, em cuja plumagem dominava a cor branca.” (VOLTOLINI, 2005, p.52).

O município de Pato Branco começou a ser constituído junto aos núcleos de Barracão e Bom Retiro no oeste do Paraná, num desejo político de “forçar a colonização em direção oeste” (WACHOWICZ, 1985, p.74). Em 1893, Bom Retiro era uma fazenda de 250.462 hectares que foi transformada em colônia e a princípio recebeu o nome de Vila Nova, mas o nome do Rio Pato Branco terminou nomeando a colônia que na década de 1920 já estava com os terrenos ocupados.

Às margens do Rio Pato Branco, foi instalado um posto telegráfico na linha que o Governo Federal implantou para manter o elo com a região. Essa linha cruzava os campos gerais e chegava até Barracão, fronteira com a Argentina. Esse posto, no entanto, distava 15 quilômetros da nascente Villa Nova. Por esse posto “enviavam-se e recebiam-se notícias e informações do Rio de Janeiro, da capital do Estado e de todos os pontos instalados ao longo da linha.” (VOLTOLINI, 2005, p.182).

Diante da necessidade de uso dessa linha e da dificuldade de trafegar por essa distância até o posto telegráfico, os moradores de Villa Nova, através de Manoel Branco, conseguiram, em

1938, autorização para fazer uma extensão da linha telegráfica até Villa Nova. “Para conservar a identidade, mesmo em Villa Nova, continuou se apresentando como Posto do Rio Pato Branco, ou simplesmente Pato Branco.” (VOLTOLINI, 2005, p.183).

Pato Branco, que pertencia ao município de Clevelândia, foi emancipado em 14 de novembro de 1951, pela lei nº 790, sancionada pelo governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto e em 4/12/1952 foi instalada a sede do Município de Pato Branco com a posse do primeiro Prefeito Municipal Plácido Machado.

Em 1957, a disputa pela terra resultante da ocupação possessória dos migrantes e os interesses grileiros de grandes grupos econômicos resultou em um levante armado de grande envergadura no sudoeste do Paraná. Esse conflito ficou conhecido como a Revolta dos Posseiros que teve seu desenlace decisivo em 10 de outubro de 1957 com a tomada das principais cidades do Sudoeste na época – Pato Branco, Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste.

De um lado estavam as companhias colonizadoras. A empresa Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA) se apresentava como detentora de direitos das terras que na realidade estavam em litígio judicial. Com o apoio do Governador do Paraná, Moysés Lupion, as companhias imobiliárias Comercial e Apucarana fizeram um acordo com a CITLA para vender os lotes na região e cobrar dos posseiros pela terra ocupada. “A escritura da CITLA estava cheia de fraudes e falsificações grosseiras [...] a CITLA nada possuía de legítimo e, portanto, nada poderia vender.” (VOLTOLINI, 1997, p.25). As companhias queriam vender, mas os posseiros não concordavam em pagar porque não receberiam as escrituras iguais às que conheciam no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Diante da resistência dos colonos, Apucarana e Comercial alteraram as táticas do trato a eles dispensado, introduzindo no Sudoeste procedimentos em voga no Norte do Estado. “Por intermédio de seus associados João Simões, Jorge Amin Maia e Lino Marchetti, as colonizadoras mandavam vir do norte do Paraná os mais afamados ‘desintrusadores’ e os mais temíveis bandidos para serem utilizados no sudoeste do Estado.” (VOLTOLINI, 1997, p.27).

Dentre os mais de cem bandidos profissionais a serviço da Apucarana e da Comercial na Missões, os mais proeminentes eram: Lourenço José da Costa, vulgo “Maringá”; José de Oliveira, vulgo “Chapéu de Couro”; João Alves da Silva, vulgo “Pé de Chumbo” e; Zeferino Borges da Silva, vulgo “Quarenta e Quatro” (VOLTOLINI, 1997, p.29-30).

“Os jagunços passaram a percorrer as propriedades, sempre em grupos de mais de três elementos, obrigando os colonos a assinar os contratos. [...] Caso o colono se recusasse, usavam de todo tipo de violência.” (GOMES apud VOLTOLINI, 1997, p.29). As polícias militar e civil, grande parte das autoridades judiciais e administrativas, ligadas ao Governador Moysés Lupion, não faziam nada para impedir a violência perpetrada pelas companhias contra os colonos.

Após dezenas de mortes e muitas outras violências, dentre estes o assassinato do vereador de Pato Branco, Pedrinho Barbeiro, em 21 de maio de 1957, para evitar que ele entregasse um abaixo assinado dos colonos ao Rio de Janeiro, aprofundou o clima de revolta na região.

As violências e arbitrariedades cometidas pelos jagunços em Pato Branco eram relatadas ao vendedor-ambulante de rádios Jácomo Trento, o “Porto Alegre”, um dos principais líderes da Revolta. As notícias obtidas por Trento eram repassadas a Ivo Thomazoni, locutor da Rádio Colméia de Pato Branco.

A Rádio teve um desempenho de vital importância no desfecho do movimento pelo acesso que as lideranças dos colonos tinham aos seus microfones. (VOLTOLINI, 1997, p.64-7). Em Francisco Beltrão, o controle da também denominada Rádio Colméia, foi ponto chave para o sucesso do movimento. Um dos sócios era o médico Walter Pecoits. Tanto Pecoits como Luiz Prolo – dois líderes do movimento em Francisco Beltrão – escreviam e liam editoriais criticando a atuação das companhias na região (Wachowicz, 1985, p.243).

O estopim para a revolta foi o açoitamento de três crianças pelos jagunços da Comercial em 8 de outubro de 1957. No dia 9 de outubro, diante da inércia das autoridades, o povo foi chamado pela rádio, a partir das 13h30 para se no salão paroquial da cidade.

Vieram caminhões carregados de gente de vários municípios da região: São Lourenço do Oeste, Coronel Vivida, São João. Uma comissão dos líderes de Francisco Beltrão esteve em Pato Branco para combinar uma ação coordenada.

No dia 10 de outubro foi composta uma “Junta Governativa Provisória” que passaria a tomar as decisões na cidade. Foram organizados piquetes para guarnecer as principais estradas de acesso à cidade, instituições públicas, Banco do Estado, Rádio Colméia.

Para controlar a cidade, os revoltosos pegaram emprestadas armas das casas comerciais que vendiam esses produtos e as depositaram no fórum da cidade. A Junta Governativa enviou

então telegramas às principais autoridades da República comunicando os acontecimentos (Wachowicz, 1985, p.250-1).

As lideranças de Francisco Beltrão, aproveitando a emoção causada pelo açoitamento das crianças, chamaram a população para por fim a essa história de violência e injustiça. Walter Pecoits chamou a população para o início do levante que aconteceria após o meio-dia do dia 10 de outubro. Às 18h já havia mais de 5.000 pessoas reunidas na cidade. A comissão organizada para controlar a situação ordenou o bloqueio de estradas de acesso e do aeroporto. Tomou-se conta da cidade. Os colonos foram autorizados pela comissão a quebrar os escritórios e destruir os arquivos das companhias (Wachowicz, 1985, p.260-2).

“A cidade de Santo Antônio ficou ocupada por três dias consecutivos. Ainda na madrugada do dia 12 para o dia 13, os colonos arrombaram os escritórios da Apucarana e jogaram os arquivos nas ruas da cidade” (Wachowicz, 1985, p.275). No dia 15 de outubro, soldados da polícia procedentes de Barracão recuperaram o controle de Santo Antônio.

O Governo Estadual, diante da iminência de uma intervenção federal, teve que fazer um acordo com os revoltosos. As companhias tiveram que ser fechadas e os colonos acomodados. Os jagunços foram presos pelos revoltosos, com o apoio da polícia comandadas pelo Major Reinaldo Machado (Wachowicz, 1985, p.252).

Assim, no dia 17 de março de 1962 o Presidente da República João Goulart juntamente com o Governador Ney Braga estiveram em Pato Branco anunciando a desapropriação das terras (Decreto 50.379 de 27 mar.1961) em litígio visando a regularização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores. Foi então constituído o Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (GETSOP) para executar a tarefa de titulação das terras.

Atualmente Pato Branco possui uma área de 562,30 km², sendo 16,22Km² deles, área urbana concentrando 66.680 mil habitantes, (IBGE-2007), sendo 48.362 eleitores (Fórum Eleitoral de Pato Branco – 2008). Considerada a 34^a melhor cidade em qualidade de vida do Brasil, Pato Branco apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,849 sendo um referencial na micro-região de centro médico e de serviços, com uma economia centrada na agricultura e pecuária, (BRASIL, 2009).

2.5.2. Política Educacional em Pato Branco

A Secretaria Municipal de Educação de Pato Branco elaborou em 2005 o Plano Municipal de Educação para entrar em vigor no período de 2006-2012 (PATO BRANCO, 2009). As informações contidas nesse documento reúnem objetivos, metas e as ações a serem implantadas pela gestão atual, conforme assinalado no documento e mesmo pelo secretário de educação de Pato Branco.

O Plano Municipal de Educação, portanto, serviu de referência para o desenvolvimento desse relatório sobre a política educacional de Pato Branco. Para compor este relatório, buscamos ainda informações ainda no site oficial da Prefeitura Municipal, em dados veiculados pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), PAR (Plano de Ações Articuladas) e em autores que tratam de aspectos educacionais no cenário brasileiro.

A estrutura educacional desse município está organizada nos moldes legais, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a LDB n.9394/96, a Lei Orgânica de Pato Branco e o Plano Nacional de Educação de 2001 observando que:

- A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu artigo 214 estabelece o plano municipal de educação de duração plurianual.
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 no seu artigo 09, inciso I determina: “elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios”.
- Na lei orgânica municipal, no seu artigo 110, prevê a elaboração do Plano Plurianual de educação.
- A Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação. Artigo 2º: “A partir da vigência desta lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes” (PATO BRANCO, 2005, p.10).

Os Comites Gestores Setoriais e o Comitê Gestor Central tem sido responsáveis pelo desenvolvimento de projetos educacionais articulados com a Secretaria de Ação Social com o objetivo de fomentar a participação de alunos e pais em projetos sociais e educacionais com “o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e promover a participação dos pais no contexto escolar” (PATO BRANCO, 2009). Dentre estes projetos podemos destacar o trabalho realizado pelo “Batucação”, a Casa Abrigo Esperança, O Centro de Promoção Humana Infante-Juvenil (Horto) com atuação junto a comunidades carentes:

- Batuação:

Projeto que envolve crianças e adolescentes de bairros de Pato Branco, motivando-os a aprender tocar instrumentos de percussão, proporcionando aprendizado e integração social, no período em que estão fora da escola;

- Casa Abrigo Esperança:

Acolhe crianças e adolescentes de 0 a 17 anos que encontram-se em situação de risco. Oferece alimentação, educação, cultura, vestuário, atividades de lazer, atendimento psicológico, odontológico e de saúde, carinho e amor, com objetivo de recuperação da auto-estima e socialização.;

- Centro de Promoção Humana Infanto-Juvenil (Horto):

Acolhe adolescente do sexo masculino que pelos mais diversos motivos encontravam-se em situação de risco, proporcionando aos mesmos o acesso a educação, alimentação, cultura, lazer, esporte, saúde, atendimento psicológico e odontológico, bem como cursos de qualificação, visando o acesso ao mercado de trabalho, socialização e auto valorização (PATO BRANCO, 2009).

A administração municipal tem investido regularmente em melhorias na estrutura física das unidades escolares, seja em reformas e adequações na estrutura física existente onde praticamente todas as escolas passaram ou irão passar por melhorias, ou seja, na construção de novas e modernas escolas como é o caso da Escola Santos Dumont, Escola de Artes, Centro de Educação Infantil do Bairro Bela Vista, Centro de Educação Infantil Lions Club, e as escolas que serão construídas em breve no Distrito de Nova Espero, Bairro Primavera e Comunidades de Cachoeirinha e Passo da Ilha.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SMECEL – pertence ao Sistema Estadual de Educação e tem sido responsável pela organização e administração de um sistema educacional com alunos matriculados nos diferentes níveis e modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação do Campo.

O município mantém: 23 escolas urbanas de Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), 3 escolas no campo de Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) totalizando 26 escolas. Todas elas possuem Educação Infantil: 9 com atendimento de 0 a 6 anos; 5 com atendimento de 4 a 6 anos e 12 escolas com atendimento de 5 a 6 anos. O Município mantém inclusive 10 Centros de Educação Infantil com atendimento de 0 a 6 anos. 10 salas para a Educação de Jovens e Adultos, e 1 escola com atendimento em Educação Especial (PATO BRANCO, 2009).

Dos alunos atendidos pela Rede Municipal de Ensino 62% estão no Ensino Fundamental, 34% na Educação Infantil, 2% no EJA e 2% na Educação Especial.

A partir do Plano de Metas (PATO BRANCO, 2005) de Pato Branco obtivemos os dados da área educacional que é composta por 19 Centros de Educação Infantil (CEIS) com seus Projetos Políticos Pedagógicos reelaborados anualmente. Esses CEIS são mantidos por um fundo de gestão municipal, “mas sempre falta verbas, o que dificulta a aquisição de material didático e a manutenção” (PATO BRANCO, 2005 p.38).

O quadro de professores do município é formado por 66 babás; 61 estagiários, 9 professores com habilitação de Magistério, 102 professores cursando o Ensino Superior, 82 professores com licenciatura, 1 leigo. No total são 512 professores atuando no ensino municipal de Pato Branco.

A rede particular de ensino de Pato Branco é formada por 10 escolas com 37% das matrículas provenientes do Ensino Fundamental, 33% do Ensino Médio e 30% da Educação Infantil.

2.5.3. Organização Administrativa

Considerada referência regional em educação, Pato Branco apresenta um sistema educacional formado pelas redes municipal, estadual e federal com escolas estruturadas de acordo com as políticas da SEED. Os professores apresentam capacitação de acordo com a LDB 9394/96 (PATO BRANCO, 2009a).

Pato Branco, além de ter um pólo industrial no ramo eletroeletrônico e TI, bem como a presença da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR), que forma profissionais altamente capacitados para atuar no setor, é beneficiado pela Lei Estadual 15.634, de 27 de setembro de 2007. A lei prevê tratamento diferenciado no ICMS para empresas do ramo eletroeletrônico, de informática e de telecomunicações.

Através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, o Município mantém uma política voltada ao desenvolvimento, com prioridade para o crescimento, geração de emprego e renda, fomentando a instalação e ampliação de empresas nos mais diversos setores, bem como qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

2.5.4. Política Funcional da Rede Municipal de Ensino

O projeto de Lei, em vigor neste ano de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira Cargos e Salários – PCCS do Magistério do Município de Pato Branco revogou a lei n. 1743 de 6 de julho de 1998. No Título II DA CARREIRA, Capítulo I DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO e na Seção I DA CARREIRA E DOS CARGOS, são tratados nos Art. 14, 15, 16 e 17 que são apresentados estrutura da Carreira do Magistério, os cargos de docente e especialista em educação, composição das referências e atribuições e características de cada classe, conforme pode ser observado no site oficial da Prefeitura Municipal de Pato Branco (PATO BRANCO, 2009a).

Em atenção ao Plano de Cargos e Salários a lei em vigência passou a dispor na Seção III DO PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS, são tratados nos Art. 22, 23, 24 e 25 o Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Docente e Especialista em Educação; “o Plano organizado segundo o grau de habilitação, complexidade e responsabilidade de suas tarefas e outras características; o desempenho de atividades de serviços gerais ou auxiliares, não específicos na carreira do magistério, mas necessárias ao funcionamento do sistema de ensino (PATO BRANCO, 2009a).

2.5.5. Estatística da Educação Básica na Rede Municipal

Os níveis e modalidades de ensino apresentam um decréscimo nas matrículas do Ensino Fundamental para o Médio. Este afunilamento se deve à situação socioeconômica das famílias. Os jovens ao concluírem o Ensino Fundamental ingressam no mercado de trabalho e deixam os estudos. Reverter esse quadro é o grande desafio do município para o período vigente deste Plano Municipal de Educação 2006-2012 (PATO BRANCO, 2009).

A população estudantil é de 20.655 alunos matriculados da Educação Infantil ao Ensino Superior, representando 36,46% da população do município. Esses estudantes estão assim distribuídos: 51% no Ensino Fundamental, 20% no Ensino Médio, 15% na Educação Infantil, 12% na Educação de Jovens e Adultos e 2% na Educação Especial (PATO BRANCO, 2009)

A Rede Pública Municipal de Educação de Pato Branco coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SMECEL – pertence ao Sistema Estadual de Educação, com alunos matriculados nos níveis e modalidades de ensino: Educação Infantil,

Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação do Campo.

O município mantém: 23 escolas urbanas de Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), 3 escolas no campo de Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) totalizando 26 escolas. Todas elas possuem Educação Infantil: 9 com atendimento de 0 a 6 anos; 5 com atendimento de 4 a 6 anos e 12 escolas com atendimento de 5 a 6 anos (PATO BRANCO, 2009). O A Rede Pública Estadual de Educação no Município de Pato Branco é coordenada pelo Núcleo Regional de Educação. A Rede Estadual atende alunos matriculados no Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. São 14 escolas de Ensino Fundamental, 8 oferecem ainda o Ensino Médio. Pato Branco mantém ainda uma Escola de Educação de Jovens e Adultos (CEEBJA) (PATO BRANCO, 2009).

Pato Branco integra os 169 municípios do Brasil considerados pólos de formação de Gestores da Educação Especial. O atendimento à Educação está centralizado na Escola Municipal Rocha Pombo nas áreas de visão, surdez, deficiência intelectual¹⁰ e física (PARANÁ, 2009).

¹⁰ A SEED-PR (Secretaria de Estado da Educação) do Paraná adota o termo Deficiência Intelectual em substituição a “deficiência mental”.

TABELA 11: Dados do município de Pato Branco

DADOS DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO		
Matrículas Rede Estadual		
Ensino Médio	2.969	
Ensino Fundamental	4.617	
Total		7.586
Matrículas Rede Municipal		
Ensino Fundamental	4.326	
Pré-escolar	287	
Creche	1.574	
Total		6.187
Matrículas Rede Particular		
Ensino Fundamental	1.201	
Ensino Médio	641	
Pré-escolar	378	
Creche	269	
Total		2.489
Matrículas Rede Federal		
Ensino Médio	293	
Total		293
Total de Escolas		
Ensino Médio	12	
Ensino Fundamental	51	
Pré-escolar	37	
Total		100
Docentes		
Ensino Médio	388	
Ensino Fundamental	758	
Pré-escolar	135	
Total		1281

FONTE: PARANÁ-IPARDES, 2010

NOTA1: Escolas - uma escola pode atender mais de um grau / modalidade de ensino.

NOTA2: Docentes - um docente pode lecionar em mais de um grau / modalidade de ensino.

NOTA3: Os dados referentes as matrículas foram produzidos em 2007 pela FUNDEPAR e os dados referentes ao Total de Escolas e Docentes foram produzidos pelo MEC-INEP

Referências Bibliográficas:

ALMIRANTE TAMANDARÉ. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Histórico da Educação Especial no Município de Almirante Tamandaré**. Almirante Tamandaré, 2009a.

ALMIRANTE TAMANDARÉ. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Matrículas dos CMEIs**. Almirante Tamandaré, 2009b.

ALMIRANTE TAMANDARÉ. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Política Educacional: da escola multisseriada à escola nucleada e a escola de porte maior**. Almirante Tamandaré, 2009c.

ALMIRANTE TAMANDARÉ. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Proposta das Escolas Rurais do Município de Almirante Tamandaré**. Almirante Tamandaré, 2009d.

ALMIRANTE TAMANDARÉ. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Relatório dos Encaminhamentos Referentes a Elaboração das Diretrizes Curriculares Municipais de Almirante Tamandaré**. Almirante Tamandaré, 2009e.

ALMIRANTE TAMANDARÉ. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Lei nº 1.104/2005**. Almirante Tamandaré, 2005.

ANDIRÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Lei Nº 5.246/ 08**, de 19 de Março de 2008. Andirá, 2008a.

ANDIRÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Lei Nº 1.857/08**, de 04 de Novembro de 2008. Andirá, 2008b.

ANDIRÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Lei Orgânica do Município de Andirá – Paraná**, de 15 de Abril de 2008. Andirá, 2008c.

ANDIRÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Lei Nº 4.572/06**, de 17 de Agosto de 2006. Andirá, 2006.

ANDIRÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Lei Nº 1511/04**, de 29 de Dezembro de 2004. Andirá, 2004.

ANDIRÁ. Secretaria Municipal de Educação. **QUADRO DOCENTE DO ANO DE 2009**. Andirá, 2009.

ANDIRÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Relação de alunos por escola**. Andirá, 2009.

APP-SINDICATO. **Um projeto de Educação para o País**. Jornal 30 de Agosto, Curitiba, ano XVII, nº 144, maio/jun., 2009, p.02.

ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. Palavras da Secretária. Disponível em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/gabinetedosecretario/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>>. Acessado em 01 ago. 2009.

AXT, José. Jaguariaíva. **Câmara Municipal de Jaguariaíva**. Jaguariaíva, 2009. Disponível em: <<http://cmjaguariaiva.pr.gov.br/page.php?p=005>>. Acessado em: 21 jul. 2009.

BRASIL. Ministério da educação. **Relatório Público do Município Jaguariaíva do Estado do Paraná** - PAR-. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>>. Acessado em: 16 jul.2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Banco de Dados do IBGE. Ministério da Educação**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410110#>>. Acessado em: 16 jul. 2009.

BRASIL. Ministério da educação. **Relatório Público do Município Andirá do Estado do Paraná** - PAR-. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>>. Acessado em: 08 abr. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Público do Município de Almirante Tamandaré**. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php?system=indicadores&ordem=5&inuid=4188&itrid=2&est=Parana&mun=AlmiranteTamandare&municod=4100400&estuf=PR>> . Acessado em: 05 de ago. de 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n.º 01/99.** As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação em Nível Médio na modalidade Normal. MEC: Brasília, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n.º 04/2000.** Diretrizes operacionais para a educação infantil. MEC: Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da educação. **Relatório Público do Município Curitiba do Estado do Paraná** - PAR-. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>>. Acessado em: 08 abr. 2010.

BRASIL. Ministério da educação. **Relatório Público do Município de Pato Branco do Estado do Paraná** - PAR-. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php?system=indicadores&ordem=7&inuid=3257&itrid=2&est=Parana&mun=PatoBranco&municod=4118501&estuf=PR>>. Acessado em: 09 de ago. 2009.

FERREIRA, João Carlos Vicente. Jaguariaíva. In:_____. **Municípios Paranaenses – origens e significados de seus nomes**. Curitiba : Secretaria de Estado da Cultura, 2006. p. 155. Disponível em: <http://www.prdagente.pr.gov.br/arquivos/File/municipios_origens_e_significados.pdf> Acessado em: 07 jul. 2009.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: FONSECA, T. N. de L. & VEIGA, C. G (orgs). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.189-225.

HISTÓRIA da cidade de Jaguariaíva. **Citybrazil**. [S.I.], [200-]. Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/pr/jaguariaiva/historia.php>>. Acesso em: 08 jul. 2009.
JAGUARIAÍVA. Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Jaguariaíva-SMECE. **Descritivo da Cidade**. Jaguariaíva, 2009a.

IBGE. **Banco de Dados sobre os Estados Brasileiros**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat>>. Acessado em: 01 ago. 2009.

INEP. **Sinopse Estatística da educação Básica**. Brasília, DF: INEP, 2008.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Sobre o Paraná**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=86>>. Acessado em: 02 ago. 2009.

_____. **Vários Paraná**s. Curitiba: IPARDES, 2005.

JAGUARIAÍVA. Secretaria Municipal de Educação. **Lei N° 1589/2004**, de 26 de março de 2004. Jaguariaíva, 2004.

JAGUARIAÍVA. Secretaria Municipal de Educação. **Lei Orgânica do Município de Jaguariaíva – Paraná**, de 29 de novembro de 2002. Jaguariaíva, 2002. Disponível em: <http://www.cmjaguariaiva.pr.gov.br/cmj/files/file/Lei_Organica/lei-organica-mun-jgv%281%29.pdf>. Acessado em: 20 jul. 2009.

JAGUARIAÍVA. Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Jaguariaíva-SMECE. **Relação de alunos por escola**. Jaguariaíva, 2009b.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Jaguariaíva. In:_____. **Espirais do tempo : bens tombados do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. p. 226-231. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos//benstombados/File/BIBLIOGRAFIACPC/ESPIRAIS/jgu.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2009.

MARCHINI, Odila Guide Rosário. **História do Município**, 1981. Disponível em: <http://www.andira.pr.gov.br/v2/a_cidade/p_historia.asp> Acessado em: 20 de julho de 2009.

MEDRONI, MELISSA. 31/01: Palacete Matarazzo resgata trajetória de Jaguariaíva. **OPLANOB**. [S.I.], [200-]. Disponível em: < <http://www.oplanob.com.br/item/palacete-matarazzo-resgata-trajetria-de-jaguariava>>. Acesso em: 21 jul 2009.

OCDE. Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento. **Supporting the contribution of Higher Education Institutions to Regional Development**. Peer Review Report: Northern Paraná – Brazil. OCDE: Paris, Nov. 2006.

PARANÁ. IPARDES. Perfil dos Municípios. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85500&btOk=ok>. Acessado em: 10 de jun. 2010.

PARANÁ. **Educação Paranaense Integrada**. Articulação entre os Sistemas de Ensino. Secretaria de Estado da Educação. SEED: Curitiba, s/d. Folder de divulgação.

PARANÁ. IPARDES. Caderno Estatístico do Município de Jaguariaíva. **IPARDES**. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84200&btOk=ok>>. Acessado em: 26 jun. 2009a.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA- SEEC. Grupo Escolar Isabel Branco. **Patrimônio histórico**. Curitiba, [200-]. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>>. Acessado em: 17 jul. 2009b.

_____. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Site Oficial**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/cidade.aspx?idf=146&servico=39>>. Acessado em: 4 ago. 2009.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Plano Estadual de Educação: uma construção coletiva**. Versão preliminar. Curitiba, 2004.

_____. Superintendência da Educação-Departamento de Ensino Fundamental, Coordenação Pedagógica de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Curitiba. **“Orientações para (re)elaboração, implementação e avaliação de proposta pedagógica na educação infantil”**. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação, 2006.

_____. **Princípios da Política Educacional**. Disponível em: <www.diaadia.pr.gov.br/sued/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>. Acessado em nov. 2009.

_____. **Plano Estadual de Educação**. Disponível em: <www.seed.pr.gov.br/portals/pee/construcao_coletiva.pdf?PHPSESSID=20100604135179>. Acessado em nov. 2009.

_____. **Ações Educacionais da Secretaria de Estado da Educação**. SEED: Curitiba, 2009. Folder de Divulgação.

_____. **Diretrizes Curriculares Estaduais**. Secretaria de Estado da Educação. SEED: Curitiba, 2008. _____ **Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná**. Lei Complementar nº 103. Secretaria de Estado da Educação. SEED: Curitiba, 2004.

_____. **Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º e 2º graus**. Lei Complementar nº 007/77. Secretaria de Estado da Educação. SEED: Curitiba, 1976.

_____. IPARDES. Perfil dos Municípios. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85500&btOk=ok>. Acessado em: jun. 2010.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Dia-a-dia Educação**-Portal Educacional do Estado do Paraná. DEEIN: Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. Disponível em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/deein/>>. Acessado em 9 ago. 2009.

PATO BRANCO. Prefeitura Municipal, **Educação, Cultura, Esporte e Lazer**. Disponível em <<http://www.patobranco.pr.gov.br/secretarias5.aspx>>. Acessado em: 9 ago. 2009a.

PATO BRANCO. Prefeitura Municipal, **Plano Municipal de Educação**. Pato Branco, 2005.

PATO BRANCO. Prefeitura Municipal, **Secretaria de Ação Social**. Disponível em <<http://www.patobranco.pr.gov.br/secretarias.aspx>>. Acessado em: 9 ago. 2009.

SOUZA, Gizele de. **Instrução: O Talher para o Banquete da Civilização**: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. São Paulo: PUC/Sp, 2004. Tese de Doutorado.

VOLTOLINI, Sittilo, **Retorno 1**: origens de Pato Branco. 2.ed. Pato Branco: Imprepel, 2005.

_____. **Retorno 2**: Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957. Pato Branco: Artpress, 1997.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Apresentação. In. **Paraná**, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-técnica, 1985.

TRINDADE, Etelvina de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste**: Ocupação e Colonização. Curitiba: Litero-Técnica 1985.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1988.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba, 1987.